

PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS PILOTO/PED: CARUARU E ENTORNO E AGLOMERADO URBANO SUL

Objetivo F: Pesquisa Piloto em áreas especiais com metodologia da PED

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT Nº. 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Junho, 2007

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Remígio Todeschini

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior

Coordenadora Geral de Emprego e Renda - CGER

Adriana Phillips Ligiéro

© copyright 2006 – Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
2º Andar - Sala 251
Telefone: (61) 3225-6842/317-6581
Fax: (61) 3323-7593
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@DIEESE.org.br

<http://www.DIEESE.org.br>

Direção Sindical Executiva

João Vicente Silva Cayres – Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente – STI Metalúrgicas Mecânicas de Osasco e Região

Tadeu Moraes de Sousa – Secretário - STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi e Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT– nº. 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo

Ficha Técnica

Coordenação

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Lúcia Garcia – Coordenadora do Projeto

Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Equipe Regional PED's¹

Apoio Administrativo

Gilza Gabriela de Oliveira

Maria Neuma Brito

Maria Nilza Macedo

Rosane Rossini

Entidade Executora

DIEESE

Consultores

Fundação SEADE

Fundação de Economia e Estatística – FEE

Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

¹ Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
INTRODUÇÃO	07
1. O MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CARUARU E SEU ENTORNO	11
1.1. Características Gerais da Região	11
1.2. Principais Indicadores do Mercado de Trabalho	18
1.2.1. Condição de atividade	18
1.2.2. Taxas de participação e perfil da força de trabalho (PEA)	20
1.2.3. Incidência do desemprego e perfil da população desempregada	25
1.2.4. Caracterização dos postos de trabalho gerados	29
1.2.5. Rendimentos do trabalho principal	31
2. O MERCADO DE TRABALHO DO AGLOMERADO URBANO SUL	35
2.1. Características Gerais da Região	35
2.2. Principais Indicadores do Mercado de Trabalho	39
2.2.1. Condição de atividade	39
2.2.2. Taxa de participação e perfil da força de trabalho (PEA)	39
2.2.3. Incidência do desemprego e perfil da população desempregada	42
2.2.4. Caracterização dos postos de trabalho gerados	46
2.2.5. Rendimentos do trabalho principal	49
3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS DUAS REGIÕES	52
3.1. Incidência do Desemprego e Perfil da População Desempregada	57
3.2. Característica dos Postos de Trabalho e Rendimentos	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
ANEXOS	66
ANEXO 1 - Principais conceitos e definições PED	67
ANEXO 2 - Principais indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife	77
ANEXO 3 - Principais indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre	90
ANEXO 4 - Informativo da divulgação PED em Caruaru e Entorno	
ANEXO 5 - Informativo da divulgação PED no Aglomerado Urbano Sul	

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a análise dos principais indicadores da condição de atividade econômica da População em Idade Ativa (PIA) residente no Aglomerado Urbano Sul e na região formada pelo Município de Caruaru e seu Entorno. Estes dois pólos urbanos, localizados, respectivamente, no Agreste Pernambucano e na metade sul do Rio Grande do Sul, foram selecionados para a realização das “*Pesquisas piloto em áreas especiais com metodologia PED*”.

Ação prevista no objetivo específico “F” do Projeto “*Aperfeiçoamento do Sistema PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos*”, no âmbito do CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT **098/2005** e **TERMO ADITIVO**, a execução dessas pesquisas piloto objetivou a geração de subsídios para a política pública de ocupação, emprego e renda, bem como a avaliação da sensibilidade da metodologia PED, consagrada na aferição dos mercados de trabalho metropolitanos, para a caracterização do uso da força de trabalho em pólos urbanos do interior.

Três documentos retratam esta experiência. A metodologia e procedimentos adotados neste esforço técnico foram apresentados no documento *Pesquisas piloto - Tomo I*. Já, para ilustrar o alcance do propósito de gerar conhecimento sobre os mercados de trabalho locais, além do cálculo e exame dos indicadores de uso da força de trabalho, em foco neste Relatório Pesquisas piloto - Tomo II, em um terceiro documento foram caracterizados os grandes agrupamentos da PIA - inativos, ocupados e desempregados -, bem como analisada a desigualdade nas condições de inserção no mercado de trabalho.

Para cumprir seu propósito, além de uma breve introdução, o presente relatório está organizado em três sessões. A primeira e a segunda sessão são dedicadas à apresentação dos principais indicadores do mercado de trabalho do Aglomerado Urbano Sul e da região de Caruaru e Entorno, respectivamente. No terceiro segmento, foi realizado o exame comparativo das informações apuradas nas duas *surveys*. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Em anexo, são disponibilizados os conceitos, definições e variáveis utilizadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego e as publicações geradas para divulgação dos principais resultados, realizadas, de modo simultâneo, em Caruaru (Pernambuco) e em Pelotas (Rio Grande do Sul).

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das “*Pesquisas piloto em áreas especiais com metodologia PED*” visou atender simultaneamente dois propósitos. Por uma via, com este subprojeto, buscou-se gerar informações relevantes para a formulação de políticas de ocupação e renda em pólos urbanos distantes dos eixos metropolitanos do país. Ao lado disto, a execução desses inquéritos domiciliares visou testar a adequação da metodologia PED, consagrada na aferição de fenômenos típicos do uso da força de trabalho dos maiores centros urbanos do país, para caracterizar os mercados laborais do interior.

Em consonância com a renovação das concepções e estratégias de desenvolvimento local, esta linha de atuação nas investigações do mundo do trabalho realizadas pela parceria DIEESE/SEADE tem procurado trazer novos elementos para o debate da descentralização das possibilidades de ocupação e renda. Sobretudo, esta nova contribuição da metodologia PED, buscou articulação com os princípios expostos na Resolução n 466 do CODEFAT, que indica a possibilidade de municípios de médio porte formularem e desenvolverem políticas públicas do trabalho em âmbito regional.

Para o empreendimento de tamanho desafio foi necessária a promoção de ações em dois sentidos. Em primeiro lugar, foram feitas adaptações nos instrumentos de coleta PED e em seus manuais de orientação, atividade desenvolvida no âmbito da parceria DIEESE/SEADE e registrada no Relatório Pesquisas piloto PED - Tomo I. Assim, o teste da metodologia PED no interior resultou na ampliação do escopo temático da Pesquisa, que passou a incluir questões sobre transferência de renda governamental a domicílios e aspectos gerais de experiências recentes de qualificação profissional para o conjunto da PIA.

Além disso, estas modificações incluíram a ampliação das características dos ocupados e restrição do perfil de inativos e desempregados. No caso dos ocupados, investigou-se, além das características apuradas na PED metropolitana² especificamente para o conjunto de assalariados, os benefícios proporcionados pelo empregador e, para os trabalhadores por conta-própria, cooperados e empregadores, o acesso a financiamento e as dificuldades para o desenvolvimento dos seus negócios, além do exercício de trabalho anterior e o tempo que perdeu/deixou o último trabalho.

² Ocupação exercida, atividade econômica e número de empregados do estabelecimento, posição na ocupação, terceirização, subordinação dos autônomos, acesso à previdência social, município onde trabalha, rendimentos e jornada de trabalho, o exercício de trabalho adicional, sua jornada e rendimento e os rendimentos previdenciários.

Adicionalmente, captou-se se o ocupado já teve experiência anterior de trabalho e há quanto tempo deixou seu último trabalho.

Para os desempregados, investigou-se as dificuldades para conseguir trabalho, os rendimentos auferidos pelos trabalhos ocasionais (bicos), seguro-desemprego e rendimentos previdenciários. A investigação da experiência anterior de trabalho foi limitada à captação de sua ocorrência e à captação do tempo que está sem trabalho/desempregado. Já na PED metropolitana são captadas para os desempregados, além destes aspectos, as características do seu último trabalho (ocupação, ramo de atividade econômica e tempo de permanência neste trabalho), bem como os motivos da descontinuidade do último trabalho. Cabe explicitar que, tal como na PED das regiões metropolitanas, a fim de completar a captação do desemprego oculto pelo trabalho precário, foi identificada, entre os desempregados, a parcela que exerce trabalho precário no período de referência de 30 dias (questões 49, 50 e 51 na pesquisa piloto e questões 48, 49 e 57 na PED das regiões metropolitanas) sem, contudo, caracterizá-lo (tal como nas regiões metropolitanas).

Para os inativos, além do principal motivo de não trabalhar (como já mencionado), foram investigados, tal como para os desempregados, os rendimentos auferidos, se existiu uma experiência de trabalho e o tempo transcorrido após sua última experiência.

Além das adaptações de ordem metodológica, foi necessário identificar pólos urbanos do interior brasileiro que, ao atenderem alguns requisitos básicos, pudessem se constituir em objetos de estudo também enriquecedores dessa experiência.

Neste processo, os principais critérios eleitos apontaram para a seleção de duas regiões, simultaneamente distantes entre si, que apresentassem diferenças visíveis em suas trajetórias recentes de desenvolvimento e, finalmente, que pertencessem a unidades federativas já investigadas pela PED. Estes requisitos teriam como função o direcionamento e focalização do subprojeto, de forma a garantir que fossem abarcadas duas realidades distintas, tanto do ponto da regionalização, quanto da intensidade de utilização da força de trabalho, além de tornar possível a comparabilidade com os resultados já captados nas áreas metropolitanas.

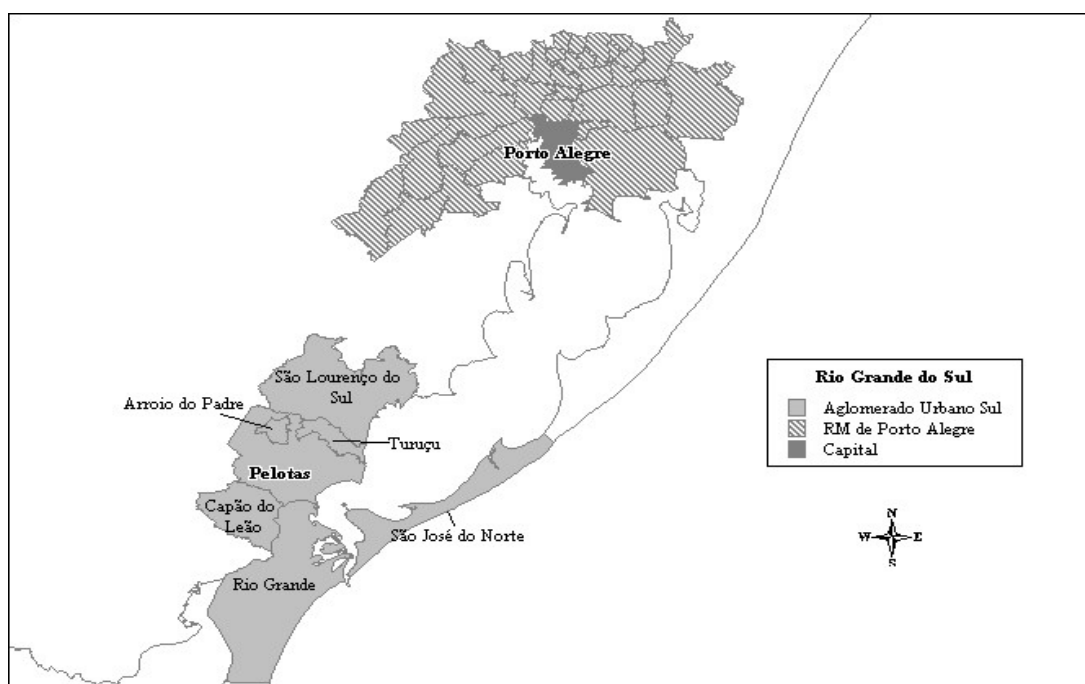
Tais critérios apontaram para o desenvolvimento das ações de pesquisa nas regiões nucleadas pelos municípios de Caruaru, no Agreste Pernambucano, e de Pelotas, situado na metade sul do Rio Grande do Sul. Além de atenderem ao conjunto das condições mencionadas, sabidamente estas áreas

despertam grande interesse público em nível federal e regional, por se constituírem, respectivamente, em pólos de desenvolvimento e estagnação econômica.

Adicionalmente, o fato de Caruaru e Pelotas, como outros centros urbanos do interior brasileiro, estabelecerem com os municípios situados em seu entorno relações econômicas, levou à investigação das possibilidades de mobilidade diária da força de trabalho, estendendo a pesquisa ao conjunto dos municípios que, juntamente com a cidade núcleo ou sede, formavam a aglomeração urbana regional.

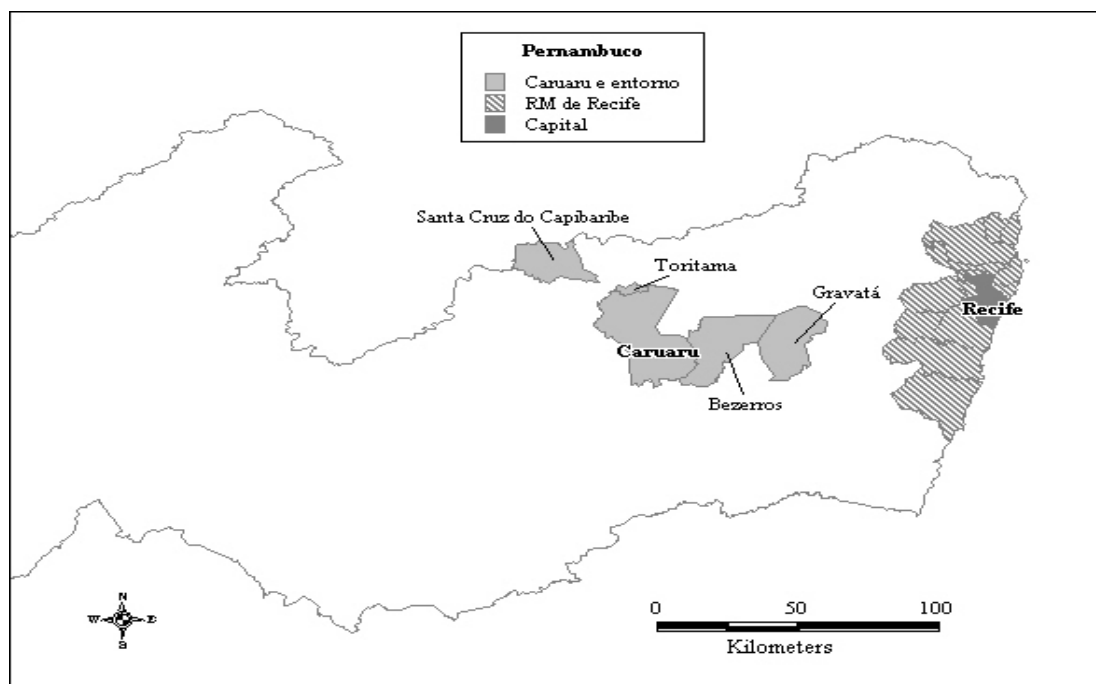
Deste modo, ficaram definidas as duas áreas cobertas pela experiência piloto da Pesquisa de Emprego e Desemprego no interior, conforme ilustrado nos mapas constantes das duas figuras abaixo. No Aglomerado Urbano Sul, adensamento urbano mais ao sul do país, foram pesquisados os domicílios situados nos municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Capão do Leão, Arroio do Padre, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte (Figura 1). Já no Agreste Pernambucano, a área de abrangência da investigação realizada pelo DIEESE abarcou os municípios de Bezerros, Gravatá, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama (Figura 2).

FIGURA 1
Área de Cobertura e Localização Geográfica da
Pesquisa de Emprego e Desemprego no Aglomerado Urbano Sul (1)



Fonte: IBGE

FIGURA 2
Área de Cobertura e Localização Geográfica da
Pesquisa de Emprego e Desemprego em Caruaru e Entorno (1)



Fonte: IBGE

1. O MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CARUARU E ENTORNO

1.1. Características Gerais da Região

A região objeto desta pesquisa compreende os municípios de Caruaru, Gravatá e Bezerros, pertencentes à Região de Desenvolvimento Agreste Central, e os municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, localizados na Região de Desenvolvimento Agreste Setentrional (segundo a atual regionalização do Estado de Pernambuco, definida pela Lei Nº 11.725 de 23/12/1999, e seu complemento Lei Nº 12.427 de 25/09/2003).

A Região de Desenvolvimento Agreste Central está localizada na mesoregião do Agreste Pernambucano e compreende uma área de 10.117 km². É constituída por 26 municípios, concentrando 12% da população do Estado, com um total de 935.207 habitantes e uma densidade demográfica de 92,4 hab/km². A população urbana corresponde a 69,9% do total da população da região. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da RD Agreste Central é de 0,634, inferior ao do Estado de Pernambuco, que é de 0,705.

As atividades econômicas predominantes nesta região estão vinculadas ao Pólo de Confeccões (vestuário e têxteis), produção agrícola, pecuária leiteira e de corte, avicultura e turismo, além de diversas atividades de comércio e de serviços associados aos centros urbanos dinâmicos.

A Região de Desenvolvimento Agreste Setentrional, localizada na mesoregião do Agreste Pernambucano, compreende uma área de 3.544,5 km². É composta por 19 municípios, concentrando 5,8% da população do Estado, com 463.771 habitantes e uma densidade demográfica de 130,8 hab/km². O percentual de população urbana na região é de 55,1%. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da RD Agreste Setentrional é de 0,636, inferior ao do Estado de Pernambuco, que é de 0,705.

A economia regional está baseada na produção de confeccões e artefatos de tecido. Destacam-se, também, a confecção de bordados artesanais, a produção de móveis e a atividade turística. A agropecuária é importante, sobressaindo-se a produção de ovos, leite, bovinos e banana, que representa mais de 29% da respectiva produção estadual.

Parte importante do Pólo de Confeções de Pernambuco concentra-se no Agreste do Estado (Regiões de Desenvolvimento do Agreste Setentrional e Central), particularmente no entorno do eixo Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte, representando 73% da produção do vestuário do Estado com 12 mil empresas formais e informais. A renda e a renascença manufaturadas neste eixo diversificam as linhas de produção deste Pólo.

Em termos geográficos, os cinco municípios que compõem a região do Município de Caruaru e Entorno cobrem uma área de 2.293 Km², representando 2,3% da área do Estado de Pernambuco. Os maiores municípios são, em ordem decrescente, Caruaru, Gravatá e Bezerros.

TABELA 1
Caracterização geográfica da Região do Município de Caruaru e seu Entorno

Discriminação	Número de municípios	km ²	Área Participação % (1)
Pernambuco	185	98.311,6	100,00
Agreste Central	26	10.117,0	10,29
Agreste Setentrional	19	3.544,5	3,61
Município de Caruaru e seu Entorno	6	2.293,0	2,33
Bezerros	-	492,6	0,50
Caruaru	-	920,6	0,94
Gravatá	-	513,4	0,52
Santa Cruz do Capibaribe	-	335,5	0,34
Toritama	-	30,9	0,03

Fonte: IBGE.

(1) Em relação ao Estado de Pernambuco.

Em 2006, os cinco municípios que integram a região pesquisada (Município de Caruaru e Entorno), de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), totalizaram uma população de 517.199 pessoas.

TABELA 2
Estimativa da população residente na Região do Município de Caruaru e seu Entorno
2006

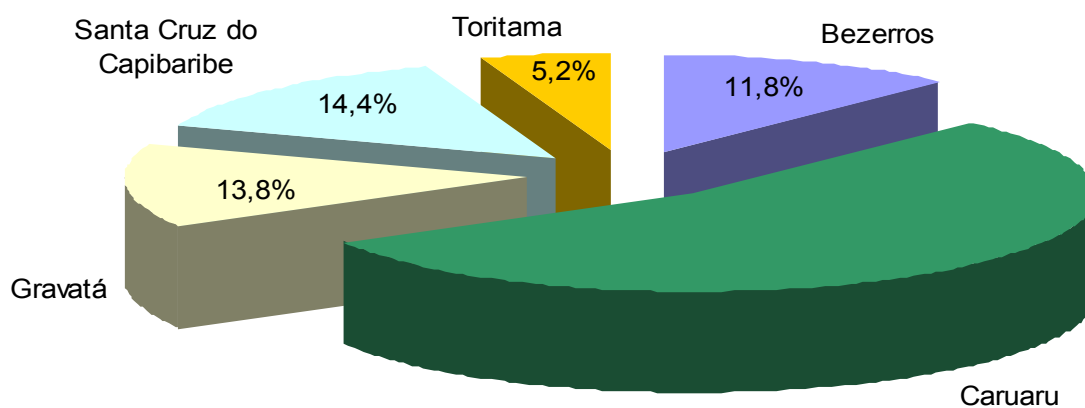
Município	Estimativas
Total do Município de Caruaru e Entorno	517.199
Bezerros	61.242
Caruaru	283.152
Gravatá	71.551
Santa Cruz do Capibaribe	74.359
Toritama	26.895

Fonte: IBGE.

Considerando sua distribuição entre os cinco municípios que compõem esta região, verifica-se que o Município de Caruaru concentra o maior contingente populacional (283.152 habitantes), ou seja, cerca de 55% da população total. A seguir, os municípios com maiores concentrações populacionais são: Santa Cruz do Capibaribe (74.359 habitantes), Gravatá (71.551) e Bezerros (61.242), nesta ordem. Na extremidade oposta, o Município de Toritama, com população inferior a 27 mil habitantes, tem uma participação no total da população pesquisada de apenas 5,2%. O Gráfico 1 apresenta os respectivos percentuais de cada município.

GRÁFICO 1

Distribuição percentual da população residente na Região do Município de Caruaru e Entorno - 2006



Fonte: IBGE.

A região do Município de Caruaru e Entorno somou em seu Produto Interno Bruto (PIB) cerca de R\$ 2 milhões, o que representou 4,11% do PIB global pernambucano, segundo estimativas da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas (CONDEPE/FIDEM) para 2004. A participação do PIB desta região no PIB estadual foi impulsionada pelo vigoroso desempenho registrado no Município de Caruaru, que é um dos mais pujantes da Região Nordeste. Apresentando localização estratégica privilegiada em nível logístico, Caruaru exerce forte influência não só no seu entorno, como também em razoável quantidade de outros municípios, o que lhe caracteriza como cidade pólo da Região Agreste do Estado.

A renda per capita do Município de Caruaru, em 2004, foi de R\$ 4.559, a mais elevada da região pesquisada e equivalente a 79,6% da renda per capita do Estado. Entre 2000 e 2004, destaca-se o crescimento da renda per capita em Toritama, passando de 41,0% para 53,4% da renda per capita de Pernambuco.

TABELA 3
Caracterização econômica na Região do Município de Caruaru e seu Entorno
2004

Discriminação	PIB		PIB per capita	
	R\$ milhões	Participação % (1)	R\$	Proporção % (1)
Pernambuco	47.697,4	100,00	5.730	100,00
Agreste Central	3.387,8	7,10	3.455	60,30
Agreste Setentrional	1.317,5	2,76	2.688	46,91
Município de Caruaru e seu Entorno	1.958,9	4,11	-	-
Bezerros	193,4	0,41	3.220	56,20
Caruaru	1.249,8	2,62	4.559	79,56
Gravatá	225,1	0,47	3.205	55,93
Santa Cruz do Capibaribe	213,1	0,45	3.058	53,37
Toritama	77,5	0,16	3.060	53,40

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

(1) Em relação ao Estado de Pernambuco.

A análise da composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) revela que a economia pernambucana apresenta um peso mais significativo do terciário (57,37%) em seu conjunto de

atividades. Deste modo, a dinâmica da economia pernambucana é fortemente influenciada pelo setor de serviços, que conta com alguns segmentos representativos do chamado terciário moderno, como serviços de telefonia fixa e celular e outros sub-ramos das comunicações. A economia dos municípios que compõem a região pesquisada está sobre-representada pelo setor terciário e sub-representada pelo secundário na estrutura produtiva estadual. Por seu turno, o peso do setor primário nestes municípios está assim distribuído: é consideravelmente maior que no Estado nos municípios de Bezerros (12,57%) e Gravatá (12,60%), e expressivamente menor em Toritama (1,28%), Santa Cruz de Capibaribe (1,55%) e Caruaru (2,18%).

TABELA 4
Caracterização econômica na Região do Município de Caruaru e seu Entorno
2004

Discriminação	Estrutura do VAB (%)		
	Indústria	Agricultura	Serviços
Pernambuco	9,51	33,12	57,37
Agreste Central	-	-	-
Agreste Setentrional	-	-	-
Município de Caruaru e seu Entorno	-	-	-
Bezerros	12,57	26,61	60,82
Caruaru	2,18	25,55	72,27
Gravatá	12,60	21,11	66,29
Santa Cruz do Capibaribe	1,55	21,92	76,54
Toritama	1,28	22,70	76,03

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

Finalmente, em termos das características econômicas e sociais, ainda merecem destaque os seguintes aspectos para cada município:

- **O Município de Caruaru** está situado a 120 km a oeste do Recife. É o município mais populoso da Região de Desenvolvimento Agreste Central, com uma densidade demográfica de 305 hab/km². Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,713, o maior do Agreste Central, e supera, inclusive, o índice calculado para o conjunto do Estado. A cidade é um

importante centro econômico-cultural do Estado, tendo o comércio como setor econômico mais forte, na sua zona urbana. Além do comércio, que se destaca como um dos maiores do interior do Nordeste, outras principais fontes de renda são a indústria (com ênfase para as confecções) e o turismo, cuja atividade econômica se beneficia da tradição de ser Caruaru um grande núcleo de produção artesanal do Estado. A economia rural do município está voltada para o plantio de mandioca, feijão, banana e tomate, sendo que a pecuária também merece destaque;

- **O Município de Gravatá**, situado a 79 km do Recife, apresenta um IDH de 0,654 e está entre os três maiores do Agreste Central. Conhecido como importante pólo moveleiro do Estado, o município concentra grande número de fabricantes de móveis rústicos e semi-rústicos em madeira maciça, além de fibras naturais. O cultivo de plantas e flores garante ao município o título de maior produtor de flores do Nordeste. É também considerado um importante pólo de cultivo de hortaliças e legumes, especialmente no setor de orgânicos, que produz e comercializa, em média, duas toneladas de produtos por semana, em feiras da própria cidade e também de Caruaru e Recife;
- **O Município de Bezerros** dista 101 km da capital e apresenta uma densidade demográfica de 124,2 hab/km² (a mais baixa entre os cinco municípios pesquisados), porém cerca de 80% da sua população se concentra na área urbana. O comércio, a indústria e o turismo são as principais atividades do município. Bezerros possui mais de 650 estabelecimentos comerciais, na sua maioria varejistas. As atividades no setor industrial são bastante diversificadas, como fábricas de doces, gêneros alimentícios, bebidas, olarias, cerâmicas, pré-moldados, plásticos e serrarias. O artesanato destaca-se pelos brinquedos em madeira, máscaras e bois em papel machê, frutas em cerâmica e xilogravuras. O setor agropecuário representa 10% do PIB do município;
- **O Município de Santa Cruz do Capibaribe**, distante 192 km do Recife (56 km de Caruaru e 85 km de Campina Grande), se destaca como o mais populoso da Região de Desenvolvimento do Agreste Setentrional. Localiza-se na parte norte do Agreste Pernambucano, apresentando uma densidade demográfica de 221,3 hab/km² e uma população majoritariamente urbana

(quase 97% do total). Seu IDH (0,698) é o maior do Agreste Setentrional. Este município é considerado o maior pólo de confecções do Norte e Nordeste, abrigando milhares de pequenas e microempresas têxteis, que fabricam e exportam variados tipos de roupas para todo o país. Semanalmente, acontece a feira da Sulanca, um comércio informal que é garantia de trabalho para milhares de pessoas. Os *sulanqueiros*, como são conhecidos os comerciantes, vendem suas confecções tanto para pequenos compradores quanto para grandes lojistas. Além de fábricas de confecções, a vida econômica da cidade gira em torno de um comércio muito intenso. As casas, em sua maioria, se transformam em fábricas, com costureiros e costureiras que confeccionam peças e as vendem para todos os Estados do Nordeste;

- **O Município de Toritama** possui uma densidade demográfica de 867,6 hab/km², a mais elevada entre os cinco municípios que compõem a região pesquisada. A população é majoritariamente urbana - cerca de 94% do total. Situada na Região de Desenvolvimento do Agreste Setentrional de Pernambuco, a cidade está distante 167 km do Recife e 36 km de Caruaru. A atividade econômica predominante é a agroindústria, porém há uma grande potencialidade de desenvolvimento para confecções. Nos últimos anos, Toritama vem se consolidando como o município do jeans, especializando-se e constituindo-se no maior produtor desse tipo de roupa do Norte e Nordeste. Destacam-se, ainda, as lavanderias, nas quais é realizado todo o processo de lavagem, amaciagem, tingimento e descoloração do jeans.

1.2. Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

1.2.1. Condição de atividade

As informações coletadas pela PED indicam que, no trimestre set-nov/2006, 60,5% dos indivíduos com 10 anos ou mais de idade, residentes no Município de Caruaru e seu Entorno, estavam engajados no mercado de trabalho desta região, na condição de ocupado ou desempregado. Se aplicada esta proporção à População em Idade Ativa (10 anos e mais) - 421 mil pessoas -, estima-se que cerca de 255 mil indivíduos compunham a População Economicamente Ativa no trimestre considerado (Tabela 5). Os Inativos, que correspondem à parcela da PIA que não participa do mercado de trabalho, compreendem um total de 166 mil indivíduos.

TABELA 5
Estimativas da população em idade ativa, segundo condição de atividade e taxas de participação e de desemprego por tipo
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

Indicadores	Set-Out-Nov/06
Estimativas (em 1.000 pessoas)	
População em Idade Ativa	421
População Economicamente Ativa	255
Ocupados	220
Desempregados	35
Inativos	166
Taxa de Participação (em %)	60,5
Taxa de Desemprego (em %)	
Total	13,7
Aberto	7,5
Oculto Total	6,2
Pelo Trabalho Precário	4,4
Pelo Desalento	1,8

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

A expressiva participação da população na força produtiva urbana confirma a crescente pressão sobre os mercados de trabalho das cidades fora do eixo metropolitano do Estado de Pernambuco. Certamente, o dinamismo econômico que atingiu, nos últimos anos, algumas delas, reflete-se no

crescimento da sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que informa acerca da capacidade de absorção da mão-de-obra local, uma vez que a possibilidade de retenção da população no mercado de trabalho está estreitamente relacionada com o crescimento da economia.

O crescimento econômico das cidades do interior do Estado vem possibilitando, paulatinamente, a conformação de uma rede urbana mais equilibrada, permitindo a redistribuição da população urbana e das oportunidades de emprego. Funcionando como um pólo econômico de referência para a região, o dinamismo produtivo da região do Município de Caruaru e Entorno pode ter abrandado as dificuldades de absorção da mão-de-obra local, inclusive dos municípios mais próximos. Neste contexto, a análise dos dados agregados para os cinco municípios informa que uma das particularidades observadas na região refere-se à manutenção de taxas de desemprego mais baixas que aquelas encontradas para a Região Metropolitana de Recife, constituída pela capital e suas 13 cidades satélites. As informações da PED indicam que, no Município de Caruaru e Entorno, 35 mil trabalhadores estavam desempregados, representando 13,7% da PEA, enquanto o contingente médio de ocupados no período alcançou 220 milpessoas.

O desemprego aferido pela PED compreende três situações: o desemprego aberto, o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento. A maior parcela corresponde ao desemprego aberto, ou seja, à situação daqueles trabalhadores que se dedicaram, no período da pesquisa, única e exclusivamente, à procura de uma ocupação. Esta parcela compõe a taxa de desemprego aberto (7,5% da PEA) e representa mais da metade (54,7%) do total de desempregados.

A proporção de pessoas desempregadas que se encontravam em situação de desemprego oculto é representada pelo percentual de 6,2% do total da População Economicamente Ativa (4,4%, oculto pelo trabalho precário, e 1,8%, oculto pelo desalento). Este resultado pode ser visto como um indicador do menor grau de estruturação do mercado de trabalho regional, dado que em regiões onde o mercado de trabalho é pouco estruturado há maior facilidade de inserção em atividades precárias e de curta duração, que, na verdade, representam formas de desemprego disfarçado. As altas taxas de desemprego aberto, associadas às taxas elevadas de desemprego oculto, sugerem a convivência de setores mais estruturados com pouca mobilidade para atividades precárias com setores menos estruturados, nos quais há facilidade de desenvolvimento dessas atividades.

1.2.2. Taxas de participação e perfil da força de trabalho (PEA)

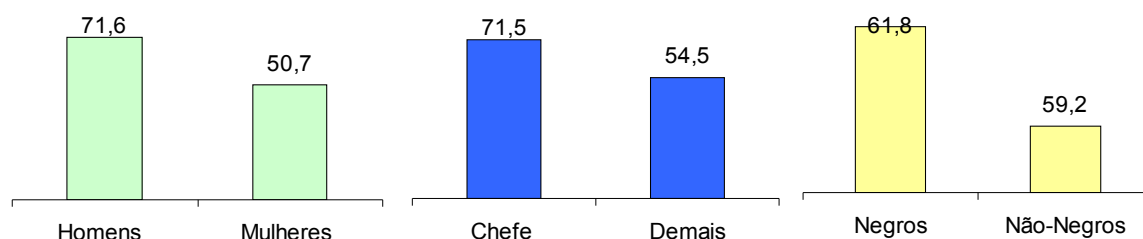
A taxa de participação é um indicador de grande relevância para dimensionar o mercado de trabalho, não só por expressar o tamanho relativo desta força de trabalho vis-à-vis a população potencialmente ativa (PIA), como também por permitir confrontá-la com a respectiva capacidade de geração de postos de trabalho, através da identificação das respectivas parcelas de trabalhadores ocupados e desempregados.

O cálculo da taxa de participação, segundo atributos pessoais, permite diferenciar as situações concretas de participação no mercado de trabalho. Assim, apesar de crescente em todo o país, a parcela das mulheres que se dispõem a disputar uma vaga no mercado de trabalho, ou que já estão ocupadas, ainda é bem inferior que a dos homens. Em 2006, no Município de Caruaru e Entorno, 50,7% do total de mulheres em idade ativa faziam parte da PEA (Gráfico 2). No mesmo período, porém, a taxa de participação masculina era de 71,6%. A discrepância é evidente e auto-ilustrativa (20,9 pontos percentuais).

Em regiões mais pobres, a participação da mulher no mercado de trabalho geralmente está atrelada à necessidade de complementação da renda familiar. Por outro lado, fatores culturais e algumas políticas influenciam na decisão feminina sobre a intensidade de participação na força de trabalho. A disponibilidade de condições de cuidados às crianças, seja através de creches no local de trabalho ou do oferecimento destes serviços baratos e de boa qualidade fora da empresa, influencia fortemente na disponibilidade e no interesse da mulher em se colocar no mercado de trabalho.

Por sua vez, a taxa de participação dos chefes era de 71,5%, seguido dos filhos (55,6%) e do cônjuge (53,8%).

GRÁFICO 2
Taxas de participação, segundo sexo, posição no domicílio e cor
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

Como resultado de uma menor taxa de participação, os dados da Tabela 4 revelam que as mulheres estão sub-representadas na PEA. Do total de 255 mil pessoas que compunham a população economicamente ativa nos cinco municípios pesquisados, 55,7% eram trabalhadores do sexo masculino, enquanto este percentual era de 44,3% para as mulheres. Discrepância maior ainda é verificada para o corte segundo a posição no domicílio, dado que os chefes estão bastante sobre-representados entre os economicamente ativos (41,8%), contra apenas 20,6% dos cônjuges, geralmente mulheres.

TABELA 6
Distribuição da população economicamente ativa, segundo atributos pessoais
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

	(em %)
População Economicamente Ativa	Set-Nov/2006
Total	100,0
Sexo	
Homens	55,7
Mulheres	44,3
Posição no Domicílio	
Chefe	41,8
Demais	58,2
Cônjuge	20,6
Filho	29,4
Outros	8,3
Cor	
Negros	50,7
Não-Negros	49,3
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	8,0
18 a 24 Anos	24,0
25 a 39 Anos	38,5
40 Anos e Mais	29,5
Nível de Instrução	
Analfabeto	11,1
Fundamental Incompleto	45,7
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	16,9
Médio Completo + Superior Incompleto	21,6
Superior Completo	4,6

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

No que se refere à cor da pele, verifica-se que a taxa de participação da população negra de 10 anos e mais era de 61,8%, ao passo que para os não-negros a respectiva taxa era de 59,2%, demonstrando que, para o negro, estar no mercado de trabalho, é condição urgente, configurando maior dificuldade deste em se manter na inatividade.

A idade é um fator importante na diferenciação da inserção no mercado de trabalho. Em geral, tal como é observado em outras regiões investigadas pela PED, é entre os adultos - indivíduos entre 25 e 39 anos - que se encontra a maior taxa de participação (80,9%). No entanto, merece destaque a situação da inserção dos jovens no mercado de trabalho local. As proporções de jovens de 10 a 17 anos e de 18 a 24 anos inseridas na PEA eram de, respectivamente, 8,0% e 24,0%.

Entretanto, a taxa de participação deste contingente populacional informa que é restringida a opção de inatividade para os mais jovens na região pesquisada. Os dados da PED para esta região mostram que, do total de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, 26,6% se inseriam no mercado de trabalho como ocupados ou desempregados. Para os jovens de 18 a 24 anos, a participação no mercado de trabalho é ainda mais elevada (80,2%), sendo bem próxima à verificada para os indivíduos na faixa etária de 25 a 39 anos.

TABELA 7
Taxa de participação, segundo atributos pessoais
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

		(em %)
Atributos Pessoais		Set-Nov/2006
Total		60,5
Sexo		
Homens		71,6
Mulheres		50,7
Posição no Domicílio		
Chefe		71,5
Demais		54,5
Cônjuge		53,8
Filho		55,6
Outros		52,2
Cor		
Negros		61,8
Não-Negros		59,2
Faixa Etária		
10 a 17 Anos		26,6
18 a 24 Anos		80,2
25 a 39 Anos		80,9
40 Anos e Mais		51,2
Nível de Instrução		
Analfabeto		43,9
Fundamental Incompleto		54,2
Fundamental Completo+ Médio Incompleto		71,0
Médio Completo + Superior Incompleto		81,3
Superior Completo		84,6

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

Entretanto, no caso específico da região do Município de Caruaru e Entorno, elementos regionais, como a demanda exercida pelas atividades produtivas locais, parecem afetar a taxa de participação e a pressão da oferta dos indivíduos mais novos. No que pese a taxa de participação estar relacionada ao próprio dinamismo da produção, é mais provável que fatores culturais também estejam influenciando este comportamento. Destacam-se as altas taxas de participação destes segmentos populacionais. No entanto, após os 40 anos a participação na composição da força de trabalho volta a se reduzir, mesmo porque é nesse segmento da população que se encontram os inativos já aposentados.

Por fim, os dados da PED informam que as taxas de participação das pessoas em idade ativa sem escolaridade ou até com o curso fundamental incompleto eram de 43,9% e 54,2%, nesta ordem. No entanto, o grupo de ocupados com maiores níveis de escolaridade é o que mais se beneficia com o avanço do desenvolvimento econômico, uma vez que, em 2006, esse segmento populacional apresentou taxas superiores a 70%.

Vale ressaltar que é na escolaridade que reside a principal barreira de seleção para o acesso a postos de trabalho e rendimentos melhores. Nesse sentido, a distribuição da força de trabalho, segundo nível de instrução, mostra que uma das características marcantes da ocupação nas cidades estudadas é o baixo nível de escolaridade: 56,8% da PEA não completou o ensino fundamental e apenas 4,6% têm o 3º grau completo (Tabela 7). Esta situação explica, em parte, os baixos rendimentos da população ocupada da região, aferidos pela pesquisa.

1.2.3. Incidência do desemprego e perfil da população desempregada

A População Desempregada da região do Município de Caruaru e Entorno era composta de um total de 35 mil pessoas, sendo que as mulheres representam uma parcela de 50,2% e os homens, 49,8%.

Com relação à dificuldade para a obtenção de emprego, as taxas de desemprego são maiores para as mulheres. No período, elas apresentavam uma taxa de desemprego total 3,3 p.p. superior a dos homens. Estes indicadores eram, respectivamente, de 15,5% e 12,2%, conforme verificado na Tabela 8.

O caráter excludente do mercado de trabalho também se revela quando analisada a diferença das taxas de desemprego segundo a cor. Este indicador informa que o desemprego do negro é maior (15,3%), apesar da sua mais elevada taxa de participação. A maior pressão sobre o mercado de trabalho local não se traduz para os negros em maiores oportunidades de ocupação, uma vez que a taxa de desemprego dos não-negros (12,0%) é inferior à observada para os negros.

TABELA 8
Taxa de desemprego, segundo atributos pessoais
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

	(em %)
Atributos Pessoais	Set-Nov/2006
Total	13,7
Sexo	
Homens	12,2
Mulheres	15,5
Posição no Domicílio	
Chefe	8,9
Demais	17,1
Cônjuge	12,3
Filho	19,8
Outros	(1)
Cor	
Negros	15,3
Não-Negros	12,0
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	22,0
18 a 24 Anos	18,3
25 a 39 Anos	12,7
40 Anos e Mais	8,9
Nível de Instrução	
Analfabeto	17,2
Fundamental Incompleto	14,0
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	15,7
Médio Completo + Superior Incompleto	11,6
Superior Completo	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Como era de se esperar, no período analisado, o desemprego afetou com maior intensidade o segmento da população mais jovem. Integrar-se ao mercado de trabalho não vem sendo uma conquista simples para esta parcela da população, uma vez que os mais jovens (10 a 24 anos) representavam 45,0% do total de desempregados da região. Analisados os ciclos de vida, o comportamento das taxas de desemprego mostra a mesma trajetória: quanto menor a idade, maior é a taxa de desemprego. Pode-se observar, na Tabela 6, que no trimestre set-nov/2006 a taxa de

desemprego dos jovens de 18 a 24 anos (18,3%) representava mais que o dobro da taxa de desemprego daqueles com 40 anos e mais (8,9%).

De outro lado, o problema do desemprego é sistematicamente mais intenso para a população com baixos níveis educacionais. Nos últimos anos, em que a ocupação cresce em ritmo lento, a dificuldade para obtenção de uma vaga foi ainda maior para os menos escolarizados, visto que o mercado não conseguiu absorver todos os ingressantes na força de trabalho. Assim, as taxas de desemprego são mais baixas para aqueles que têm o ensino médio completo ou superior incompleto (11,6%) e mais elevadas para os indivíduos sem escolaridade ou que não completaram o ensino fundamental (17,2% e 14,0%, respectivamente). Destaca-se o peso relativo desta parcela da população entre os desempregados. Do total de desempregados encontrados pela PED no Município de Caruaru e Entorno, os menos escolarizados correspondiam a aproximadamente a 60,9% destes (Tabela 9).

Já os chefes de domicílio, que constituem um grupo em que a incidência do desemprego é ainda mais grave por serem, em geral, os principais responsáveis pela provisão de recursos para o orçamento familiar, acabaram sendo um pouco menos afetados pelo desemprego. Com isso, a taxa de desemprego nesse grupo esteve bem abaixo da média total (8,9%), comparada com os 17,1% para os demais membros do domicílio.

TABELA 9
Distribuição dos desempregados, segundo atributos pessoais
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

	(em %)
Desempregados	Set-Nov/2006
Total	100,0
Sexo	
Homens	49,8
Mulheres	50,2
Posição no Domicílio	
Chefe	27,2
Demais	72,8
Cônjuge	18,4
Filho	42,6
Outros	(1)
Cor	
Negros	56,7
Não-Negros	43,3
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	12,9
18 a 24 Anos	32,1
25 a 39 Anos	35,7
40 Anos e Mais	19,2
Nível de Instrução	
Analfabeto	14,0
Fundamental Incompleto	46,9
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	19,4
Médio Completo + Superior Incompleto	18,4
Superior Completo	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

1.2.4. Caracterização dos postos de trabalho gerados

A cidade de Caruaru funciona como pólo socioeconômico, exercendo forte influência sobre os municípios vizinhos e favorecendo a melhor distribuição da população no espaço estadual. Pólo comercial e de confecções, em torno do qual se localizam vários municípios que detêm parte importante da produção de vestuário do Estado, tem importante papel na dinâmica do crescimento da região do Agreste de Pernambuco. Com maior potencialidade de desenvolvimento para artesanato, calçados, produtos alimentícios e confecção, no Município de Caruaru e Entorno as atividades industriais contribuíram com a geração de 30,0% das oportunidades de trabalho (Tabela 10). Sendo assim, ressalte-se a maior participação da indústria na absorção da população economicamente ativa nos cinco municípios objeto deste estudo, na comparação com a Região Metropolitana de Recife - RMR.

TABELA 10
Distribuição dos ocupados, segundo setores de atividade econômica
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

(em %)	
Setor de Atividade Econômica	Set-Nov/2006
Total	100,0
Indústria	30,0
Comércio	21,2
Serviços	34,0
Construção Civil	4,9
Serviços Domésticos	5,5
Demais	4,5

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

A singularidade do perfil da malha produtiva regional pode ser referida ainda à existência de atividades econômicas relativas aos setores de serviços (turismo, saúde e educação) e comércio. Economicamente, há a predominância do setor de serviços (34,0% dos ocupados), entretanto o Município de Caruaru possui no comércio, reconhecido como um dos mais dinâmicos e diversificados da região, uma de suas grandes vocações. A proporção de ocupados no comércio nos municípios investigados era de 21,2%. Além disso, no período analisado, os sub-setores da construção civil e emprego doméstico ocupavam 4,9% e 5,5% da mão-de-obra do Município de Caruaru e Entorno.

De acordo com os dados da Tabela 11, a análise do tipo de inserção no mercado de trabalho, observando-se o vínculo empregatício estabelecido, revela que a maior parte da ocupação local ocorria a partir do assalariamento privado (36,5%). O setor público absorvia apenas 8,4% da população ocupada total.

TABELA 11
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

(em %)	
Posição na Ocupação	Set-Nov/2006
Total de Ocupados	100,0
Assalariados (1)	45,1
Do Setor Privado (2)	36,5
Do Setor Público (3)	8,4
Autônomos	36,2
Trabalha para o Público	21,3
Trabalha para Empresa	14,9
Empregadores	3,9
Empregados Domésticos	5,5
Demais (4)	9,3

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Inclui os estagiários do setor privado.

(3) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

O trabalho autônomo é outra medida da singularidade da ocupação gerada nos municípios estudados: 36,2% do total da população ocupada. O comércio varejista de Caruaru é uma importante fonte de desenvolvimento da região que, aliado ao comércio ambulante (realizado nas diversas feiras da cidade), é responsável por parte considerável das ocupações do Município e Entorno.

Outro indicador do padrão de inserção dos moradores dos municípios estudados é o grau de estabilidade no emprego, para o qual a posse da carteira de trabalho e o vínculo com o setor público foram utilizados como indicadores. No total de assalariados, a região do Município de Caruaru e Entorno possuía uma taxa total de cobertura legal do emprego de 57,0% (Tabela 12). A respeito da

participação relativa do setor público no mercado de trabalho dos municípios estudados, no trimestre set-nov/2006, 16,4% dos empregos eram gerados pelo setor público (11,3% estatutário), enquanto a posse de carteira de trabalho cobria 40,6% dos assalariados do setor privado.

TABELA 12
Distribuição dos assalariados, segundo setor institucional e forma de contratação
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

(em %)	
Setor Institucional e Forma de Contratação	Set-Nov/2006
Total de Assalariados (1)	100,0
Do Setor Privado (2)	80,3
Com Carteira Assinada	40,6
Sem Carteira Assinada	39,7
Do Setor Público (3)	16,4
Estatutário	11,3
Celetista	(5)
Demais Assalariados (4)	(5)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Exclui os estagiários do setor privado.

(3) Exclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, assalariados contratados como frente de trabalho e estagiários.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

1.2.5. Rendimentos do trabalho principal

Por fim, o rendimento médio real é outro agregado de interesse no acompanhamento do mercado de trabalho. Em 2006 (set-nov), a média dos rendimentos reais recebidos no trabalho principal pelos ocupados foi de R\$485, em valores correntes de outubro daquele ano (Tabela 13).

No caso da desagregação dos rendimentos segundo o setor de atividade econômica, o rendimento real médio do setor de serviços foi estimado em R\$ 584, maior que o encontrado no comércio (R\$ 524), indústria de transformação (R\$ 441), construção civil (R\$ 404) e serviços domésticos (R\$ 219).

TABELA 13
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, segundo setor de atividade econômica
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Setores de Atividade	Set-Nov/2006
Total de Ocupados	485
Indústria	441
Comércio	524
Serviços	584
Construção Civil	404
Serviços Domésticos	219
Demais	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

Obs.: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

A princípio, tem-se a expectativa de que o grau diferenciado de industrialização destes municípios funcionaria como um atributo positivo no mercado de trabalho, permitindo um maior nível de rendimento ante as regiões menos industrializadas. Entretanto, algo de interessante a se notar é que, mesmo com maiores níveis ocupacionais na indústria, um setor emblemático por ser tradicionalmente relacionado a melhores níveis salariais, a análise do rendimento médio dos ocupados nos cinco municípios investigados confirma a diferenciação negativa na renda destes na comparação com a RMR. Parte dos resultados encontrados pode se originar de diferenças na qualidade dos postos de trabalho gerados na indústria, bem como nos atributos da mão-de-obra dos municípios estudados (escolaridade, experiência, idade, etc.).

Em resumo, nos municípios em estudo, a despeito de haver diferenças conforme o setor de atividade, de maneira geral, pode se verificar que a concentração de rendimentos é predominante, registrando-se baixos níveis de rendimento.

As Tabelas 14 e 15 destacam a média de rendimentos conforme a desagregação por posição na ocupação. De modo geral, esta desagregação torna-se importante por estar associada à iniquidade distributiva via desigualdade de oportunidades. As informações sobre a renda média são apresentadas

para dois grupos principais da PEA ocupada: empregados e trabalhadores por conta-própria. De acordo com os dados da PED (Tabela 14), existe uma diferença de pouco menos de 20% entre as rendas das categorias assalariados (R\$ 499) e autônomos (R\$ 407).

TABELA 14
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, segundo posição na ocupação
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Posição na Ocupação	Set-Nov/2006
Total de Ocupados	485
Assalariados (1)	499
Do Setor Privado (2)	432
Do Setor Público (3)	805
Autônomos	407
Trabalha para o Público	422
Trabalha para Empresa	387
Empregadores	1.442
Empregados Domésticos	219
Demais (4)	536

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Inclui os estagiários do setor privado.

(3) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

Obs.: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Considerando a formalização do vínculo empregatício dos assalariados no setor privado, no trimestre set-nov, os salários reais médios dos trabalhadores dos municípios analisados eram equivalentes a R\$ 525 e R\$ 334, para aqueles com e sem carteira de trabalho assinada, respectivamente (Tabela 15). Deve-se notar que o rendimento médio dos assalariados no setor público (R\$ 853) era quase duas vezes aquele auferido no setor privado (R\$ 432). Em 2006, o maior médio rendimento foi encontrado para os empregadores (R\$ 1.442) e o menor para os empregados domésticos (R\$219).

TABELA 15
Rendimento médio real trimestral dos assalariados, segundo setor institucional e forma de contratação
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Setor Institucional e Forma de Contratação	Set-Nov/2006
Total de Assalariados (1)	499
Do Setor Privado (2)	432
Com Carteira Assinada	525
Sem Carteira Assinada	334
Do Setor Público (3)	853
Estatutário	975
Celetista	(5)
Demais Assalariados (4)	(5)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Exclui os estagiários do setor privado.

(3) Exclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, assalaria dos contratados como frente de trabalho e estagiários.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

Obs.: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

2. O MERCADO DE TRABALHO DO AGLOMERADO URBANO SUL

2.1. Características Gerais da Região

O Aglomerado Urbano Sul de Pelotas é composto por sete municípios, quais sejam: Pelotas, Rio Grande, Arroio do Padre, Capão do Leão, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Em termos geográficos, os sete municípios somam uma área de 8.741,3 Km², significando 3,1% da área total do Rio Grande do Sul. Os maiores municípios são Rio Grande (1,0% da área estadual), São Lourenço do Sul (0,7%) e Pelotas (0,6%). Considerando-se a divisão político-administrativa do Rio Grande do Sul, os sete municípios do Aglomerado situam-se na região denominada Corede Sul (Conselho Regional de Desenvolvimento Sul), composta por 22 municípios que totalizam 12,4% da área estadual (Tabela 16).

TABELA 16
Caracterização geográfica do Aglomerado Urbano Sul

Discriminação	Número de municípios	Área	
		km ²	Participação % (1)
Rio Grande do Sul	497	281.748,5	100,00
Corede Sul	22	35.042,9	12,44
Aglomerado Urbano Sul	7	8.741,3	3,10
Arroio do Padre	-	124,3	0,04
Capão do Leão	-	785,4	0,28
Pelotas	-	1.608,8	0,57
Rio Grande	-	2.813,9	1,00
São Lourenço do Sul	-	2.036,1	0,72
São José do Norte	-	1.117,9	0,40
Turuçu	-	254,9	0,09

Fonte: FEE.

(1) Em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.

Em termos demográficos, os sete municípios do Aglomerado somaram uma população residente estimada, para 2006, em 638.271 pessoas, de acordo com dados da FEE.

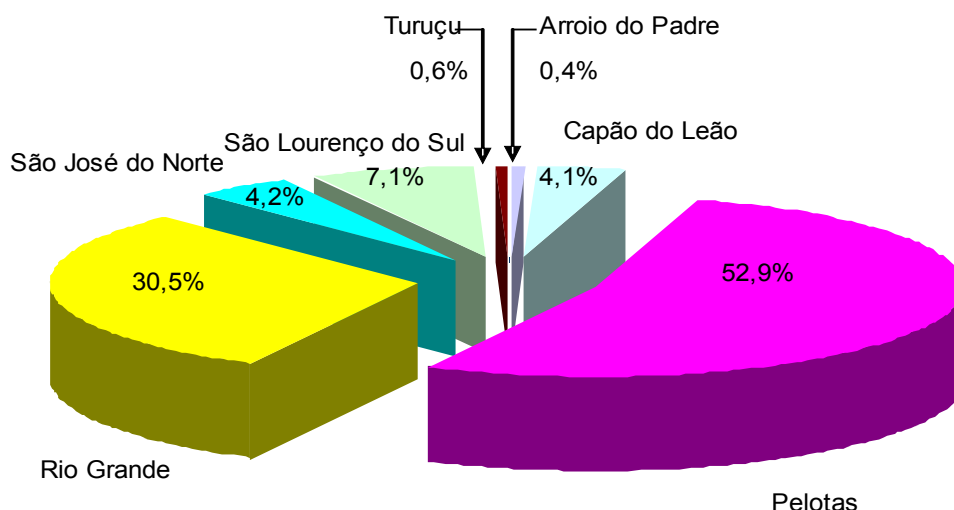
TABELA 17
Estimativa da população residente no Aglomerado Urbano Sul
2006

Município	Estimativas	%
Total do Aglomerado Urbano Sul	638.271	100,0
Arroio do Padre	2.743	0,4
Capão do Leão	26.482	4,1
Pelotas	337.584	52,9
Rio Grande	194.740	30,5
São José do Norte	27.010	4,2
São Lourenço do Sul	45.574	7,1
Turuçu	4.139	0,6

Fonte: FEE.

Em termos dos municípios, as maiores populações estão concentradas em Pelotas (52,9% da população do Aglomerado) e em Rio Grande (30,5%) – Gráfico 3. Conforme estatísticas da FEE para 2005, o Aglomerado detém 5,9% da população estadual e sua população é essencialmente urbana, sendo que 91,5% do total residem em área urbana.

GRÁFICO 3
Distribuição percentual da população residente no Aglomerado Urbano Sul - 2006



Fonte: IBGE.

Os sete municípios que compõem o Aglomerado somam um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 6.611 milhões – segundo estimativas da FEE para 2003. Isso representou 5,2% do PIB do Rio Grande do Sul naquele ano. O Corede Sul teve, no mesmo período, uma participação de 6,6% no PIB do Estado. Tal estatística evidencia, portanto, a importância do dinamismo do Aglomerado Urbano Sul nessa subdivisão político-administrativa do Estado do Rio Grande do Sul (Tabela 18).

TABELA 18
Caracterização econômica na região do Aglomerado Urbano Sul de Pelotas
2003

Discriminação	PIB		PIB per capita	
	R\$ milhões	Participação % (1)	R\$	Proporção % (1)
Rio Grande do Sul	128.039,6	100,00	12.071	100,00
Corede Sul	8.447,7	6,60	9.793	81,13
Aglomerado Urbano Sul	6.610,6	5,16	-	-
Arroio do Padre	17,6	0,01	6.588	54,58
Capão do Leão	209,4	0,16	8.166	67,65
Pelotas	2.115,0	1,65	6.321	52,37
Rio Grande	3.812,7	2,98	19.838	164,34
São Lourenço do Sul	302,7	0,24	6.778	56,15
São José do Norte	91,1	0,07	3.722	30,83
Turuçu	61,9	0,05	16.083	133,24

Fonte: FEE.

(1) Em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.

A renda *per capita*, de R\$ 9.793, foi 81,1% da renda *per capita* no Estado. A estrutura econômica do Corede Sul guarda muita proximidade à estrutura produtiva estadual, estando assim distribuída: indústria (19,0%), agricultura (39,9%) e serviços (41,1%). Não obstante Pelotas seja o município com a maior população no Aglomerado, Rio Grande é a cidade com maior área e com maior PIB, R\$ 3.813 milhões – ou 57,7% do PIB do Aglomerado. A atividade produtiva no Município de Rio Grande está concentrada na indústria (65,1%) e nos serviços (32,4%), sendo que a agricultura é bem menos importante (2,5%).

Em termos de especializações produtivas locais ou de arranjos produtivos locais, o SEBRAE e o SEDAI-RS, em pesquisas realizadas, identificam concentrações da indústria de doces e conservas,

laticínios, embutidos, confecções e vestuário, e dos setores do comércio varejista e da construção civil em Pelotas. Em Rio Grande, há concentrações de atividades industriais, comerciais e de serviços ligadas à exportação, bem como atividades pesqueiras e madeireiras. Ademais, em Turuçu há um pólo fruticultor, em São José do Norte concentração de atividade de produção de cebola e, em São Lourenço do Sul, atividades produtivas relacionadas ao setor de turismo.

TABELA 19
Caracterização econômica na região do Aglomerado Urbano Sul
2003

Discriminação	Estrutura do VAB (%)		
	Indústria	Agricultura	Serviços
Rio Grande do Sul	18,69	40,33	40,99
Corede Sul	18,95	39,91	41,14
Aglomerado Urbano Sul	-	-	-
Arroio do Padre	1,49	65,37	33,14
Capão do Leão	44,85	22,98	32,18
Pelotas	33,60	6,67	59,73
Rio Grande	65,11	2,51	32,39
São Lourenço do Sul	14,76	44,21	41,04
São José do Norte	12,25	31,14	56,61
Turuçu	51,26	27,93	20,82

Fonte: FEE.

2.2. Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

2.2.1. Condição de atividade

Em 2006, conforme as estatísticas da FEE, os sete municípios que compõem o Aglomerado Urbano Sul somavam uma população residente de 638 mil pessoas. Segundo estimativas propiciadas pela realização da PED no Aglomerado e sintetizadas na Tabela 18, a População em Idade Ativa (PIA) – população de 10 anos ou mais – foi de 539 mil pessoas. Desta população em idade ativa, 46,9%, ou 253 mil pessoas, encontravam-se na inatividade e 53,1%, ou 286 mil pessoas, compunham efetivamente a força de trabalho ou a População Economicamente Ativa (PEA) do Aglomerado. A PEA, por sua vez, foi composta por um contingente de ocupados estimado em 227 mil pessoas e de 59 mil pessoas na condição de desempregados.

TABELA 20
Estimativas da população em idade ativa, segundo condição de atividade e taxa de participação
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

Indicadores	Set-Nov/2006
Estimativas (em 1.000 pessoas)	
População em Idade Ativa	539
População Economicamente Ativa	286
Ocupados	227
Desempregados	59
Inativos	253
Taxa de Participação (em %)	53,0

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

2.2.2. Taxas de participação e perfil da força de trabalho (PEA)

Analisando-se a composição da PEA segundo os atributos pessoais, observa-se que: i) por sexo, a maior parte é composta por homens (53,6%); ii) por posição no domicílio, 45,8% são chefes de domicílio; iii) por cor, 80,2% são não-negros – note-se que em não-negros encontram-se os brancos e os amarelos e, em negros, os pretos e os pardos; iv) por faixa etária, as maiores concentrações estão

nas faixas de 40 anos e mais (43,6%) e entre 25 e 39 anos (34,7%); e v) por nível de instrução, as maiores parcelas se encontram nos níveis de ensino fundamental incompleto (34,4%) e médio completo mais superior incompleto (31,4%). (Tabela 21)

TABELA 21
Distribuição da população economicamente ativa, segundo atributos pessoais
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

(em %)	
População Economicamente Ativa	Set-Nov/2006
Total	100,0
Sexo	
Homens	53,6
Mulheres	46,4
Posição no Domicílio	
Chefe	45,8
Demais	54,2
Cônjuge	24,5
Filho	24,1
Outros	5,6
Cor	
Negros	19,8
Não-Negros	80,2
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	3,8
18 a 24 Anos	18,0
25 a 39 Anos	34,7
40 Anos e Mais	43,6
Nível de Instrução	
Analfabeto	2,1
Fundamental Incompleto	34,4
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	23,5
Médio Completo + Superior Incompleto	31,4
Superior Completo	8,6

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

A taxa de participação (PEA/PIA) foi de 53,0%. Essa taxa indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. A desagregação da taxa de participação, segundo os atributos pessoais, mostra que essa taxa é maior entre os homens (61,7%), chefes de domicílio (63,3%), de cor negra (54,2%), nas faixas etárias entre 25 a 39 anos (78,5%) e entre 18 e 24 anos (67,2%), e nos maiores níveis de instrução – superior completo (74,2%) e médio completo ou superior incompleto (71,7%), conforme se observa na Tabela 22.

TABELA 22
Taxa de participação, segundo atributos pessoais
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

		(em %)
Atributos Pessoais		Set-Nov/2006
Total		53,0
Sexo		
Homens		61,7
Mulheres		45,6
Posição no Domicílio		
Chefe		63,3
Demais		46,6
Cônjuge		53,5
Filho		43,1
Outros		38,4
Cor		
Negros		54,2
Não-Negros		52,8
Faixa Etária		
10 a 17 Anos		12,3
18 a 24 Anos		67,2
25 a 39 Anos		78,5
40 Anos e Mais		50,2
Nível de Instrução		
Analfabeto		25,8
Fundamental Incompleto		40,7
Fundamental Completo+ Médio Incompleto		58,5
Médio Completo + Superior Incompleto		71,7
Superior Completo		74,2

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

2.2.3. Incidência do desemprego e perfil da população desempregada

A taxa de desemprego total (Desempregados/PEA) foi de 20,8% (59 mil pessoas). Desagregando-se essa taxa por tipos de desemprego, verifica-se que a taxa de desemprego aberto - com procura efetiva nos últimos 30 dias e sem exercer nenhum trabalho nos últimos sete dias - foi de 13,0% (37 mil pessoas) e a taxa de desemprego oculto - pelo trabalho precário ou pelo desalento - foi de 7,8% (22 mil pessoas). Por sua vez, o desemprego oculto pelo trabalho precário - com procura nos últimos 30 dias ou nos últimos 12 meses, mas que realizaram algum trabalho remunerado irregular, não remunerado em negócios de parentes ou recebendo exclusivamente em espécie ou benefício - foi de 5,4% (15 mil pessoas), enquanto que o desemprego oculto pelo desalento - sem trabalho e sem procura nos últimos 30 dias, mas com procura efetiva nos últimos 12 meses - foi de 2,4% (7 mil pessoas). (Tabela 23)

TABELA 23
Taxa de desemprego por tipo
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

Indicadores	(em %)
	Set-Nov/2006
Taxa de Desemprego	
Total	20,8
Aberto	13,0
Oculto Total	7,8
Pelo Trabalho Precário	5,4
Pelo Desalento	2,4

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

Segundo o gênero, os homens são a maior proporção da PEA (53,6%) e a sua taxa de participação é mais alta (61,7%) que a das mulheres (45,6%) no Aglomerado. Há também uma menor proporção de desempregados homens (43,6%) do que de mulheres (56,4%) no total de desempregados. A taxa de desemprego entre os homens é consideravelmente mais baixa (16,9%) diante da das mulheres (25,2%). (Tabelas 24 e 25)

TABELA 24
Distribuição dos desempregados, segundo atributos pessoais
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

		(em %)
Atributos Pessoais		Set-Nov/2006
Total		100,0
Sexo		
Homens		43,6
Mulheres		56,4
Posição no Domicílio		
Chefe		30,7
Demais		69,3
Cônjuge		22,7
Filho		38,6
Outros		(1)
Cor		
Negros		27,4
Não-Negros		72,6
Faixa Etária		
10 a 17 Anos		(1)
18 a 24 Anos		32,5
25 a 39 Anos		32,7
40 Anos e Mais		26,9
Nível de Instrução		
Analfabeto		(1)
Fundamental Incompleto		37,7
Fundamental Completo+ Médio Incompleto		28,4
Médio Completo + Superior Incompleto		29,1
Superior Completo		(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 25
Taxa de desemprego, segundo atributos pessoais
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

		(em %)
Atributos Pessoais		Set-Nov/2006
Total		20,8
Sexo		
Homens		16,9
Mulheres		25,2
Posição no Domicílio		
Chefe		13,9
Demais		26,5
Cônjuge		19,2
Filho		33,3
Outros		(1)
Cor		
Negros		28,8
Não-Negros		18,8
Faixa Etária		
10 a 17 Anos		(1)
18 a 24 Anos		37,5
25 a 39 Anos		19,6
40 Anos e Mais		12,8
Nível de Instrução		
Analfabeto		(1)
Fundamental Incompleto		22,7
Fundamental Completo+ Médio Incompleto		25,0
Médio Completo + Superior Incompleto		19,2
Superior Completo		(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Apesar dos chefes de domicílio representarem a menor proporção na PEA (45,8%) no Aglomerado, dada a responsabilidade do encargo de prover economicamente a residência, sua taxa de participação é mais alta (63,3%) diante da dos demais membros do domicílio (46,6%). Há uma menor proporção de desempregados na condição de chefe de domicílio (30,7% do total de desempregados) e em uma menor taxa de desemprego para essa população - 13,9%, frente à taxa de 26,5% para os demais membros do domicílio.

Segundo o atributo de cor, verifica-se alguma discriminação racial quanto à inserção negra no mercado de trabalho no Aglomerado. Os negros são 19,8% da PEA, mas atingem 27,4% do contingente de desempregados. Apesar de pressionarem mais o mercado de trabalho (com uma taxa de participação de 54,2%, diante de 52,8% da população não-negra), a taxa de desemprego é substancialmente maior para a população negra (28,8%) do que para a população não-negra (18,8%).

Apesar da estrutura populacional da PEA no Aglomerado, em termos de faixas etárias, ter a forma de uma “pirâmide invertida” – típica de regiões que apresentam algum envelhecimento da força produtiva –, é a população com idade entre 25 e 39 anos e a população jovem (entre 18 e 24 anos) que apresentam as maiores taxas de participação no mercado de trabalho local. Contudo, essa maior busca do mercado laboral por essas parcelas da população não se traduz em maior sucesso na inserção ocupacional, já que as maiores proporções dos desempregados, por faixas etárias, se encontram justamente nessas faixas – 32,7% para a população entre 25 e 39 anos e 32,5% para a população entre 18 e 24 anos. Diante disso, a taxa de desemprego é maior para a faixa etária dos jovens entre 18 e 24 anos (37,5%) e decresce à medida que se considera faixas etárias maiores – de 19,6% para a faixa etária entre 25 e 39 anos e, de 12,8% para a faixa etária de 40 anos e mais, denotando alguma sobrevalorização da experiência profissional para o sucesso na inserção ocupacional no Aglomerado.

Quanto ao nível de instrução, verifica-se que a maior proporção da PEA encontra-se com ensino fundamental incompleto (34,4%) e que a taxa de participação aumenta à medida que se avança na direção de níveis de instrução mais elevados (desde 25,8% para os analfabetos, até 74,2% para aqueles com nível superior completo). A distribuição dos desempregados segue em grande medida a distribuição da PEA em termos de níveis de instrução com maior e menor parcela dos desempregados: aqueles com nível de instrução até ensino fundamental incompleto também são a maior parcela dos desempregados (37,7%). Porém, a taxa de desemprego é maior para aqueles com ensino fundamental completo mais aqueles com ensino médio incompleto (25,0%), e menor para aqueles com ensino médio completo mais ensino superior incompleto (19,2%); a taxa de desemprego do nível de instrução com o maior contingente da PEA e dos desempregados, qual seja, daqueles com o ensino fundamental incompleto, é de 22,7%. Cabe destacar que apenas o nível de instrução médio completo mais superior incompleto apresenta taxa de desemprego menor que a média para o aglomerado (20,8%).

2.2.4. Caracterização dos postos de trabalho gerados

No Aglomerado Urbano Sul predominam as atividades terciárias. O setor de serviços é o que absorve maior parcela de ocupados, sendo responsável por 49,0% da ocupação da região. Em segundo lugar, mas com percentual bem menor, aparece o comércio, que responde por 18,4% do número de ocupados, conforme mostra a Tabela 26.

TABELA 26
Distribuição dos ocupados, segundo setores de atividade econômica
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

(em %)	
Setor de Atividade Econômica	Set-Nov/2006
Total	100,0
Indústria	10,0
Comércio	18,4
Serviços	49,0
Construção Civil	6,0
Serviços Domésticos	9,9
Demais	6,7

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

O setor industrial, por seu turno, absorve 10,0% dos ocupados da região, praticamente o mesmo percentual de ocupados nos serviços domésticos (9,9%). A construção civil é responsável por 6,0% da ocupação nesse aglomerado urbano.

Levando em consideração as diversas formas de inserção no mercado de trabalho, observa-se que 54,0% dos ocupados encontravam-se na condição de assalariados, sendo 39,2% no setor privado e 14,5% no setor público.

TABELA 27
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

	(em %)
Posição na Ocupação	Set-Nov/2006
Total de Ocupados	100,0
Assalariados (1)	54,0
Do Setor Privado (2)	39,2
Do Setor Público (3)	14,5
Autônomos	27,1
Trabalha para o Público	18,9
Trabalha para Empresa	8,2
Empregadores	(5)
Empregados Domésticos	9,9
Demais (4)	6,9

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Inclui os estagiários do setor privado.

(3) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Há um apreciável contingente de autônomos na região, perfazendo 27,1% do total de ocupados, sendo que a maioria (18,9%) trabalha para o público em geral, enquanto 8,2% para empresas. Os empregados domésticos são 9,9% do total de ocupados e as demais formas de inserção - trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração - são responsáveis por 6,9% da ocupação total.

Examinando-se o emprego assalariado segundo o setor institucional, destaca-se que 70,9% dos assalariados estão ocupados no setor privado, no qual predomina o vínculo formal de trabalho, uma vez que 58,3% contam registro na carteira de trabalho, enquanto 12,6% não têm carteira assinada, conforme mostra a Tabela 28.

TABELA 28
Distribuição dos assalariados, segundo setor institucional e forma de contratação
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

Setor Institucional e Forma de Contratação	(em %) Set-Nov/2006
Total de Assalariados (1)	100,0
Do Setor Privado (2)	70,9
Com Carteira Assinada	58,3
Sem Carteira Assinada	12,6
Do Setor Público (3)	24,3
Estatutário	14,5
Celetista	9,8
Demais Assalariados (4)	(5)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Exclui os estagiários do setor privado.

(3) Exclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, assalariados contratados como frente de trabalho e estagiários.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O setor público, por seu turno, absorve expressivos 24,3% dos assalariados do Aglomerado Urbano Sul. A predominância, neste caso, é de contratos pelo regime estatutário, no qual se encontram 14,5% do total de assalariados, enquanto aqueles regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são 9,8%.

O exame da movimentação dos trabalhadores entre os diversos municípios do Aglomerado Urbano Sul, apresentado na Tabela 13, mostra que 92,2% dos ocupados trabalham na mesma cidade em que residem. Tal informação indica a pequena integração entre os mercados de trabalho dos diversos municípios do Aglomerado.

2.2.5. Rendimentos do trabalho principal

O rendimento médio real trimestral recebido pelas pessoas ocupadas no Aglomerado Urbano Sul foi de R\$ 768. No que diz respeito aos rendimentos médios pagos nos principais setores de atividade econômica, a maior remuneração foi verificada no setor de serviços (R\$ 917) seguido pela indústria (R\$ 806) e pelo comércio (R\$ 691). A construção civil paga R\$ 660 e os ocupados nos serviços domésticos recebem um rendimento médio de R\$ 286, que representa cerca de 70% do piso salarial regional do Rio Grande do Sul. O rendimento médio dos demais setores foi de R\$ 632 (Tabela 29).

TABELA 29
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, segundo setor de atividade econômica
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Setores de Atividade	Set-Nov/2006
Total de Ocupados	768
Indústria	806
Comércio	691
Serviços	917
Construção Civil	660
Serviços Domésticos	286
Demais	632

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Obs.: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Verificando-se os rendimentos médios, segundo a posição na ocupação, constatou-se que o valor do salário médio foi de R\$ 901, sendo de R\$ 723 no setor privado e de R\$ 1.376 no setor público. O rendimento médio dos autônomos foi de R\$ 579, sendo de R\$ 544 para os que trabalham para o público e de R\$ 656 para as empresas. Já o rendimento médio das demais ocupações, que inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, etc., foi de R\$ 1.051 (Tabela 30).

TABELA 30
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, segundo posição na ocupação
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Posição na Ocupação	Set-Nov/2006
Total de Ocupados	768
Assalariados (1)	901
Do Setor Privado (2)	723
Do Setor Público (3)	1.376
Autônomos	579
Trabalha para o Público	544
Trabalha para Empresa	656
Empregadores	(5)
Empregados Domésticos	286
Demais (4)	1.051

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Inclui os estagiários do setor privado.

(3) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Obs.: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

O rendimento médio real trimestral dos assalariados, segundo setor institucional e forma de contratação, foi de R\$ 790 para os assalariados do setor privado com carteira assinada e de R\$ 458 para os sem registro em carteira. Já para o setor público, o salário médio real do estatutário foi de R\$ 1.709 e o do celetista de R\$ 1.108 (Tabela 31).

TABELA 31
Rendimento médio real trimestral dos assalariados, segundo setor institucional e forma Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Setor Institucional e Forma de Contratação	Set-Nov/2006
Total de Assalariados (1)	901
Do Setor Privado (2)	735
Com Carteira Assinada	790
Sem Carteira Assinada	458
Do Setor Público (3)	1.465
Estatutário	1.709
Celetista	1.108
Demais Assalariados (4)	(5)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários.

(2) Exclui os estagiários do setor privado.

(3) Exclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público.

(4) Assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, assalariados contratados como frente de trabalho e estagiários.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclusão dos assalariados e os empregados domésticos mensais que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

Obs.: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS DUAS REGIÕES

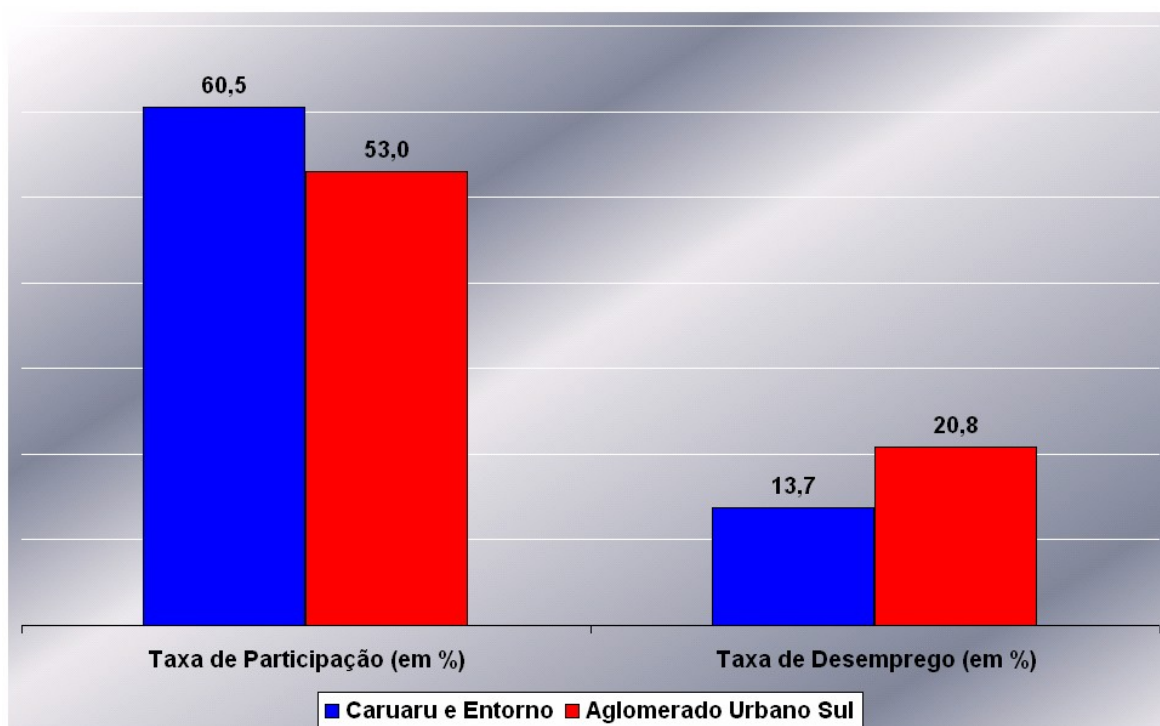
Avaliado o conjunto da força de trabalho, a proporção de pessoas com 10 e mais efetivamente engajadas no mercado de trabalho está associada a vários fatores, sendo um indicador que não admite interpretações isoladas. Afinal, níveis restritos de participação, quando associados às condições socioeconômicas favoráveis, sugerem a existência de uma situação positiva, na qual segmentos importantes da população - como jovens e idosos, por exemplo - podem se abster da participação produtiva. Já, ao lado de taxas de desemprego elevadas e níveis baixos de rendimento, o mais provável é que, em face de uma estrutura econômica pouco dinâmica, a população em idade produtiva seja desestimulada de modo recorrente a participar dos processos de geração da riqueza.

Por outro lado, taxas de participação elevadas por si não asseguram o alcance de um desempenho socialmente desejável para o mercado de trabalho local. De fato, a existência de dinamismo produtivo, expressa em taxas de desemprego baixas, pode estar associada a condições de inserção ocupacional desqualificadas, denotando que a pujança econômica assenta na fragilidade da força de trabalho.

No caso dos mercados de trabalho das regiões em análise, o exame dos principais indicadores de condição de atividade não deixa dúvidas quanto à relação de atratividade do mercado de trabalho e desemprego. De fato, a área formada pelo Município de Caruaru e seu Entorno se caracteriza por intensa presença no mercado de trabalho e reduzida taxa de desemprego total. Ao revés, no Aglomerado Urbano Sul, o que se observou, no período compreendido entre setembro e novembro de 2006, foi uma modesta participação da PIA no mercado de trabalho combinada a elevada dificuldade na obtenção de trabalho, expressa em elevada taxa de desemprego (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Taxas de participação e desemprego Total
Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006

(Em %)

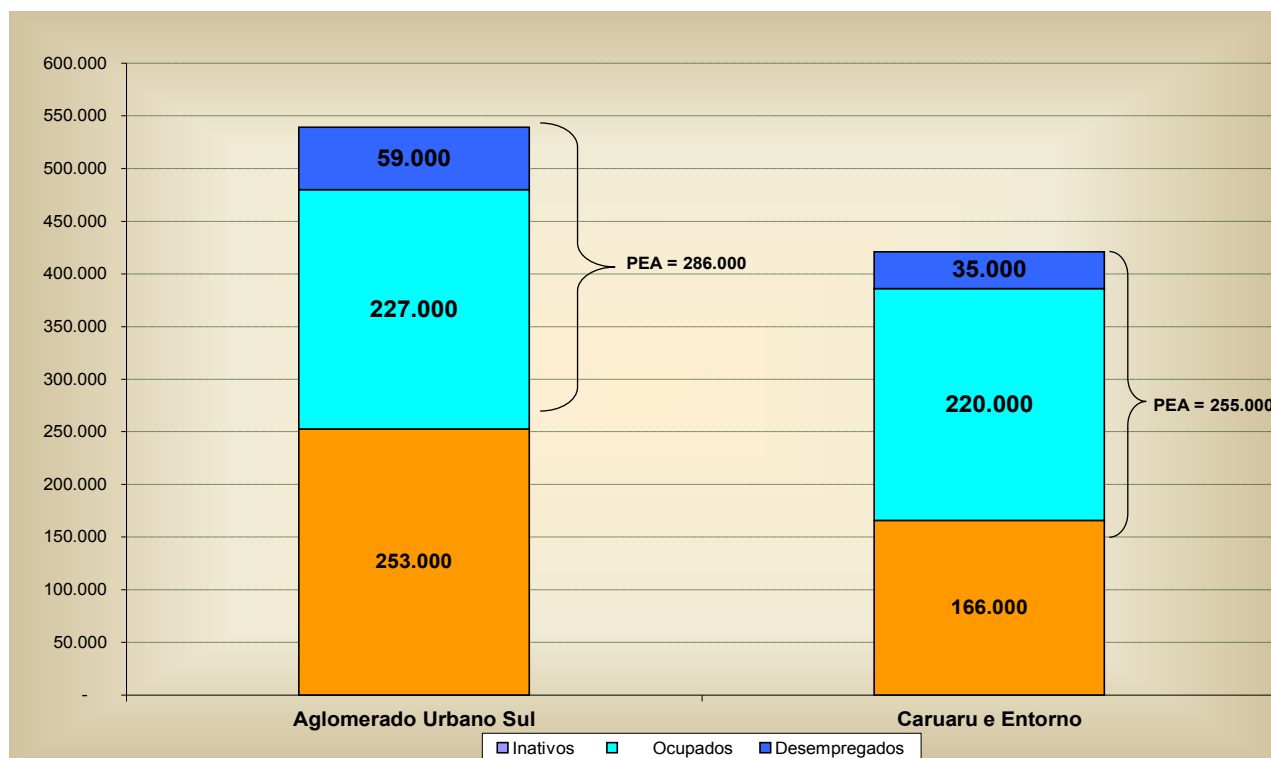


Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

Sob tal dinâmica, embora o Aglomerado Urbano Sul tenha apresentado maior densidade populacional que o pólo de Caruaru, a dimensão dos dois mercados de trabalho investigados era próxima, com Populações Economicamente Ativas da ordem de 286 mil e de 255 mil, respectivamente. Ademais, mediante a maior incidência do desemprego observada na região gaúcha, a ligeira vantagem ainda observada nas dimensões da força de trabalho daquela área foi convertida em um estoque maior de desempregados. A resultante, assim, foi um contingente de ocupados similar nas duas regiões (Gráfico 5) .

GRÁFICO 5

**Distribuição da População em Idade Ativa segundo Condição de Atividade
Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006**



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

Se para o dimensionamento geral do mercado de trabalho, o dinamismo da atividade econômica exerce papel central, para a presença relativa de determinados grupos populacionais na força de trabalho outros vários elementos socioeconômicos se entrelaçam. Este é o caso da distribuição das responsabilidades com o sustento no interior do grupo familiar, que, em geral, estimulam indivíduos adultos, chefes e/ou cônjuges, a maior participação no mercado de trabalho.

Também outros fatores culturais e demandas particulares por determinadas características de trabalhadores contribuem para facilitar ou dificultar o ingresso no mercado de trabalho. No conjunto, estas questões se somam para delinear características da força de trabalho urbana, predominantemente adulta, masculina e com escolaridade limitada ao ensino médio.

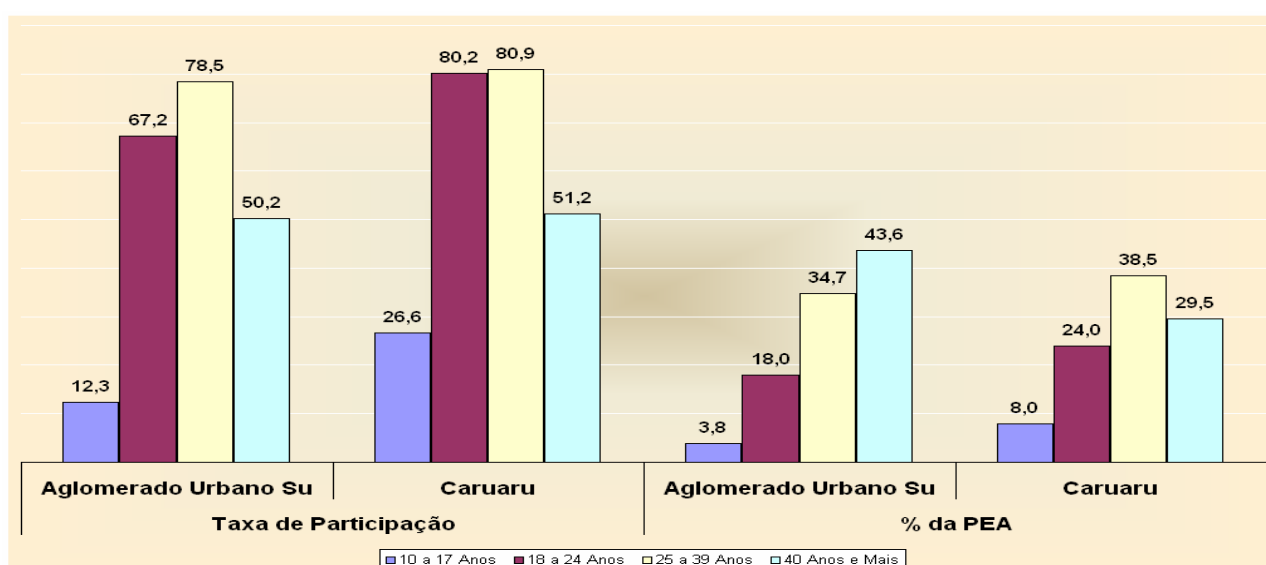
As características da População Economicamente Ativa na região de Caruaru e no Aglomerado Urbano Sul preservam este perfil geral. Contudo, algumas nuances puderam ser identificadas. Por

exemplo, tanto na região gaúcha, quanto na pernambucana, as taxas de participação masculina são maiores que a do contingente feminino, fazendo com que os homens preponderem na força de trabalho. Este aspecto, todavia, é mais acentuado em Caruaru, onde 55,7% dos trabalhadores são do sexo masculino.

No tocante à idade, a taxa de participação no mercado de trabalho costuma crescer com o avanço etário até o limite dos 40 anos, quando passa a declinar. Dentre os pólos do interior pesquisados, o que se destaca, neste aspecto, é a intensa pressão exercida no mercado de trabalho por crianças e adolescentes de Caruaru, onde mais de um quarto dos residentes entre 10 de 17 anos estavam dentre ocupados ou desempregados (26,6%). Já a taxa de participação identificada para este segmento de idade no Aglomerado Sul ficou aquém da metade da identificada no centro urbano nordestino, com 12,3% das crianças e adolescentes engajados no mercadode trabalho.

Outro segmento etário que se destaca pela presença na força de trabalho de Caruaru é o juvenil, com idade entre 16 e 24 anos, cuja proporção na população produtiva chegava aos 80,2% no período pesquisado. Tal comportamento, combinado com a intensa presença de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, muito contribui para o perfil acentuadamente jovem da força de trabalho de Caruaru, onde 70,5% dos trabalhadores têm menos de 40 anos.

GRÁFICO 6
Distribuição da População em Idade Ativa segundo Condição de Atividade
Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Trimestre set-nov/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

A baixa escolaridade da População Economicamente Ativa é outra desconfortável característica compartilhada pelas duas áreas investigadas, que mantêm mais da metade de seus trabalhadores com escolaridade limitada ao ensino fundamental completo, e percentuais reduzidos da força de trabalho detendo o diploma universitário. No pólo situado no extremo sul do país, conhecido por suas condições e virtudes educacionais, expressivos 60,0% da População Economicamente Ativa tinha concluído o patamar básico de escolaridade e apenas 8,6% haviam atingido a educação superior completa. No dinâmico centro produtor nordestino, por sua vez, estas proporções eram de, respectivamente, 73,7% e 4,6% da PEA- Tabela 32.

TABELA 32
Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo Escolaridade
Aglomerado Urbano Sul e Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

	(%)	
Escolaridade	Aglomerado Urbano Sul	Caruru e Entorno
Analfabeto	2,1	11,1
Fundamental Incompleto	34,4	45,7
Fundamental Completo (1)	23,5	16,9
Médio Completo (2)	31,4	21,6
Superior Completo	8,6	4,6

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

(1) Inclui o ensino médio; (2) Inclui o ensino superior incompleto.

3.1. Incidência do Desemprego e Perfil da População Desempregada

Na análise dos principais indicadores da inserção econômica dos residentes das regiões pesquisadas, sobressai a maior intensidade do desemprego no Aglomerado Urbano Sul (20,8%), face aos 13,7% da PEA apurados em Caruaru e Entorno, entre set-nov/2006. De fato, esses patamares diferem muito dos parâmetros oferecidos pelas informações apuradas pelo Sistema PED nas áreas metropolitanas de Porto Alegre e do Recife, para as quais as taxas de desemprego total alcançaram, respectivamente, níveis de 13,7% e 21,3%. Isto não apenas transgride, como inverte as noções propagadas pelo senso comum que indicam estar no Sul do país as regiões em desenvolvimento e no Nordeste, os pólos estagnados (Tabela 33).

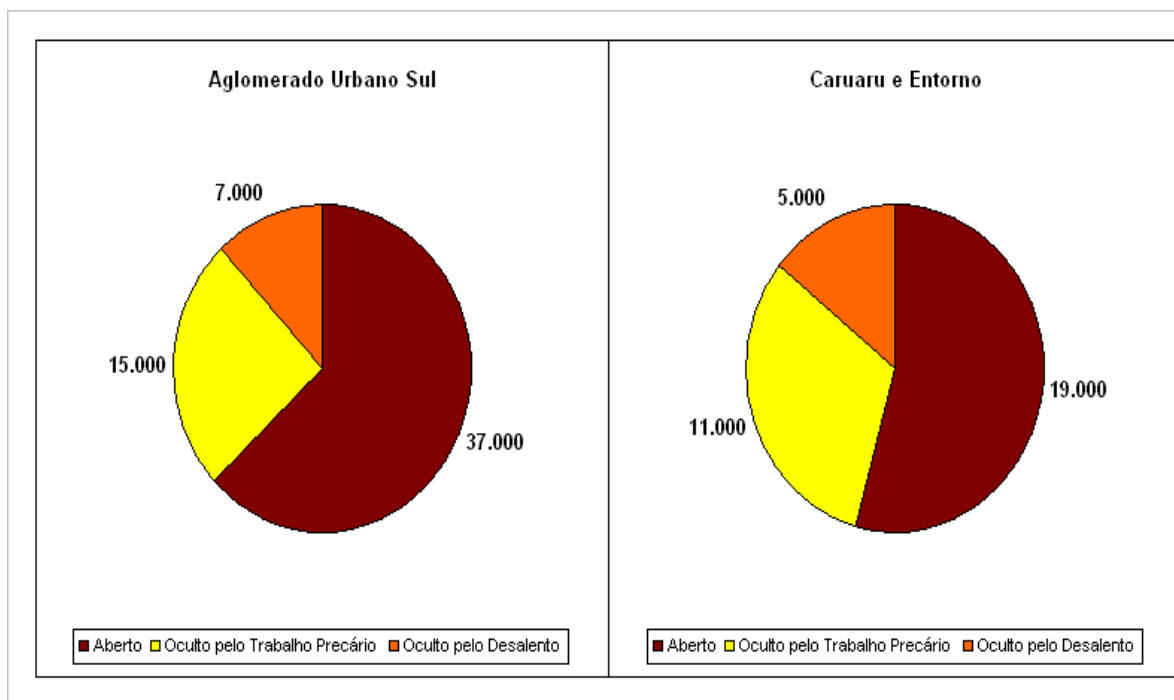
TABELA 33
População Desempregada e taxa de desemprego total
Aglomerado Urbano Sul e Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006

Regiões Metropolitanas e Pólos Urbanos	Taxa de Desemprego Total (%) da PEA	Desempregados (Em mil pessoas)
Aglomerado Urbano Sul	20,8	59
Caruaru e Entorno	13,7	35
Porto Alegre	13,7	261
Recife	21,3	342

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

Estes indicadores de subutilização da PEA indicam, porém, não apenas diferenças de intensidade como na composição do desemprego. No Aglomerado Urbano Sul, mais de 60,0% dos desempregados se encontram em desemprego aberto, com procura efetiva nos últimos 30 dias e sem exercer nenhum trabalho nos últimos sete dias. Esta situação era vivenciada por pouco mais da metade dos desempregados de Caruaru e Entorno. Já o inverso ocorria com as formas disfarçadas ou ocultas de desemprego, que absorvia relativamente mais os desempregados da região nordestina.

GRÁFICO 7
População Desempregada e taxas de desemprego total
Aglomerado Urbano Sul e Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

A predominância da modalidade de desemprego aberto, por seu turno, além de relacionadas com a existência de um mercado de trabalho mais estruturado, no qual os mecanismos de procura, como agências de intermediação públicas e privadas sejam do conhecimento dos trabalhadores, estão associadas com o perfil dos desempregados. No caso do Aglomerado Urbano Sul, este último aspecto parece estar presente através da incidência mais intensa do desemprego sobre mulheres, crianças e adolescentes, jovens com idade entre 16 e 24 anos e indivíduos que ocupam a posição de filhos nos domicílios em que residiam entre setembro de novembro de 2006.

3.2. Caracterização dos Postos de Trabalho e Rendimentos

A composição setorial da ocupação, como é o esperado, acompanhou a especialização produtiva das áreas pesquisadas. A região formada por Caruaru e pelos municípios em seu Entorno se constitui em um pólo dinâmico do Estado de Pernambuco, que se destaca pela produção de artesanato, de calçados,

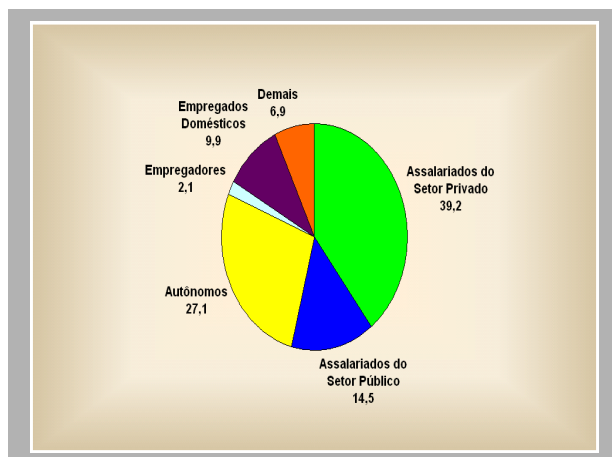
de produtos alimentícios e de confecções. Em consonância com este quadro, nesta área, no trimestre set-nov/2006, as atividades industriais contribuíram com a geração de 30,0% das oportunidades de trabalho.

Já no Aglomerado Urbano Sul, que no passado chegou a comportar um importante centro fabril, apenas 10,0% dos ocupados eram absorvidos pela transformação industrial, percentual similar ao emprego doméstico (9,9%). Na região gaúcha, que incorpora ações atinentes à logística e comercialização portuárias, as atividades terciárias predominam entre os segmentos produtivos que mais absorvem trabalhadores. Praticamente, a metade dos ocupados trabalha em atividades do setor de serviços (49,0%), que é secundado pelo comércio na geração de postos de trabalho, respondendo por 18,4% do número de ocupados na região. Em Caruaru, no setor de serviços encontravam-se 34,0% dos ocupados e no comércio, 21,2%.

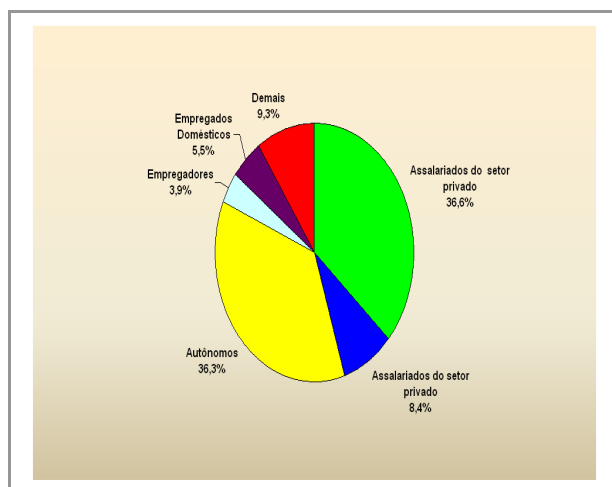
Sob a ótica das formas de inserção no mercado de trabalho, ressalta-se a reduzida presença de trabalhadores contratados ou subordinados entre os ocupados dos pólos urbanos do interior, aquém das proporções encontradas em Porto Alegre (67,2%) e em Recife (59,7%). Dentre os ocupados do Aglomerado Urbano Sul, 54,0% eram empregados, sendo a maioria no setor privado (39,2%), e 14,5% no setor público. Em Caruaru, o percentual de assalariados era menor ainda (45,1%), tanto na esfera privada (36,5%), quanto na pública (8,4%).

GRÁFICO 8
Distribuição da população ocupada segundo formas de inserção na ocupação
Trimestre set-nov/2006

a) Aglomerado Urbano Sul



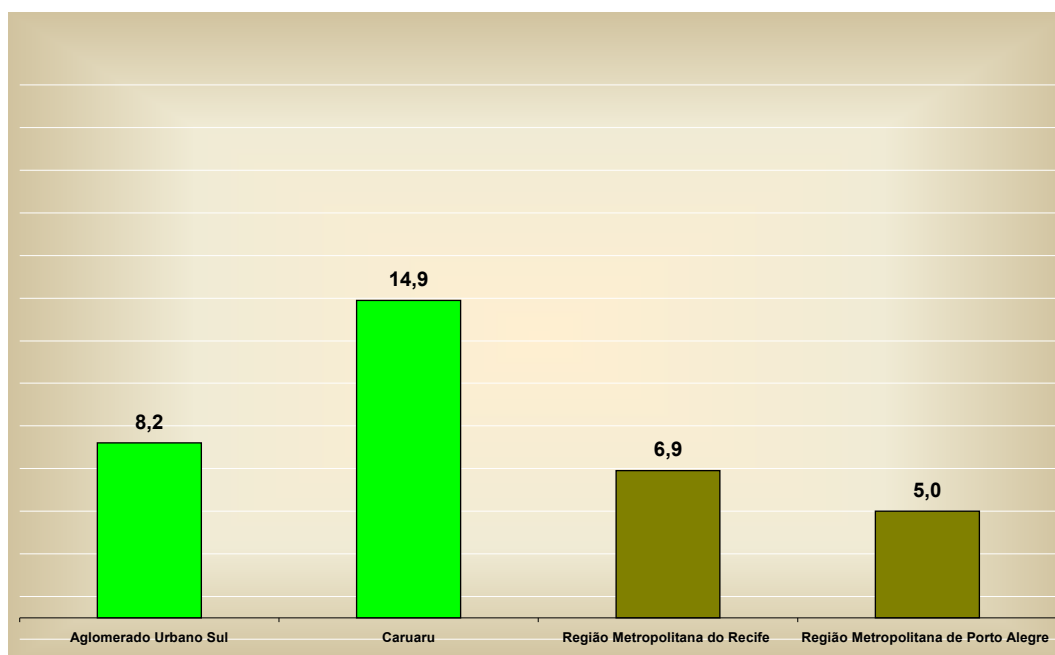
b) Caruaru



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

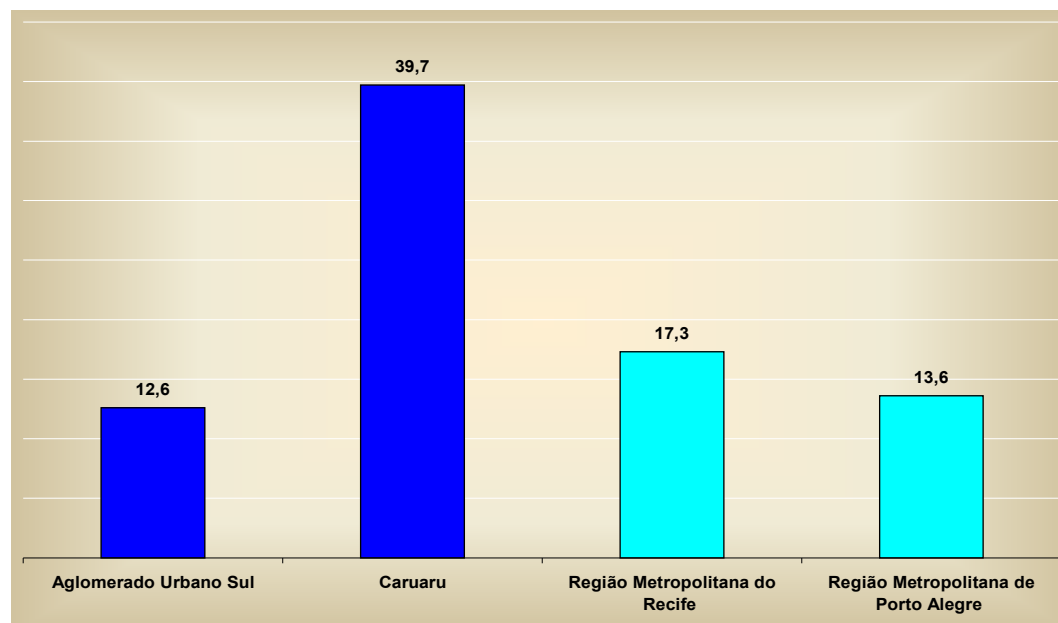
Por outro lado, havia um apreciável contingente de autônomos nas duas regiões, perfazendo 27,1% do total de ocupados no Aglomerado Urbano Sul e 36,3% em Caruaru e Entorno. Nas duas situações, a maioria destes autônomos trabalhava para o público em geral - 21,3% , em Caruaru, e 18,9%, no Aglomerado Urbano Sul. Todavia, em ambos os casos, a proporção de conta-próprias que trabalhavam para empresas era expressiva - 14,9% em Caruaru, e 8,2%, no Aglomerado Urbano Sul. Esta acentuada presença de autônomos que declaram se vincular a uma única empresa associada ao fato de os assalariados dos pólos do interior, com mais freqüência que os das áreas metropolitanas, não contarem com a carteira de trabalho assinada, fornece a dimensão da maior vulnerabilidade desses trabalhadores, para os quais não existe garantia de acesso a uma série de direitos laborais.

GRÁFICO 9
Proporção de Ocupados que trabalham como autônomos em uma única empresa
Aglomerado Urbano Sul e Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

GRÁFICO 10
Proporção de assalariados sem carteira de trabalho assinada
Aglomerado Urbano Sul e Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5.

Sabe-se que os rendimentos dos trabalhadores brasileiros são, além de baixos, extremamente mal distribuídos. Vários são os mecanismos existentes no mercado de trabalho que reproduzem e amplificam esta realidade. Em geral, cumpre às disparidades regionais explicitarem como em determinada localidade esses vários mecanismos se traduzem no patamar de ganhos.

Nos pólos de Caruaru e no Aglomerado, localizado no entorno de Pelotas/RS, em que pese existirem desvantagens quanto ao dinamismo econômico e absorção de força de trabalho para gaúcha, as remunerações auferidas pelos trabalhadores são inegavelmente desfavoráveis para a área nordestina. Esta realidade é provavelmente influenciada por disparidades no padrão cultural e custo dos bens salariais, fundamentais para a formação da cesta de consumo dos trabalhadores em regiões tão distantes.

Todavia, deve ser assinalado que mesmo a comparação das remunerações nestes pólos com as pagas nas respectivas regiões metropolitanas de seus estados apresentam distinções: entre os rendimentos médios auferidos na Região Metropolitana de Porto Alegre e do Aglomerado Urbano Sul, há uma diferença de 19,7%, em favor dos ocupados da metrópole; já, nas regiões pernambucanas, esse percentual é 23,4% - Tabela 34.

TABELA 34
Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados, segundo Setor
de Atividade Econômica
Entorno do Município de Caruaru
Trimestre set-nov/2006

Setores de Atividade	(em R\$ de outubro de 2006)			
	Aglomerado Urbano Sul	Caruaru e Entorno	Região Metropolitana De Porto Alegre	Região Metropolitana Do Recife
Total de Ocupados	768	485	956	635
Indústria	806	441	910	663
Comércio	691	524	792	586
Serviços	917	584	1.125	754
Construção Civil	660	404	(1)	(1)
Serviços Domésticos	286	219	423	274
Demais	632	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, item 5.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Obs.: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Estas últimas discrepâncias podem, em parte, serem creditadas, mais uma vez, à estrutura de custo regional, visto existirem diferenças no valor de itens como deslocamento/transporte ou alimentação fora de casa, em áreas metropolitanas e em cidades do interior, por exemplo. Porém, aí certamente residem aspectos atinentes à dinâmica do mercado de trabalho local, como a escassez de oportunidades de trabalho, em Pelotas e demais municípios que formam o Aglomerado Urbano Sul, e as condições laborais extremamente desqualificadas persistentes na região do agreste em que estão localizadas as cidades de Caruaru e seu Entorno.

Considerações Finais

Este Relatório Técnico visou apresentar a análise dos principais indicadores da condição ocupacional das populações residentes nas regiões formadas por Caruaru e municípios em seu Entorno, no Agreste Pernambucano, e pelo pólo nucleado por Pelotas, cidade situada na metade sul do Rio Grande do Sul – o Aglomerado Urbano Sul. As informações aqui apresentadas e examinadas resultaram de inquérito domiciliar realizado, simultaneamente, em 4.500 domicílios de cada uma das áreas investigadas entre set-nov/2006.

Ação prevista no objetivo específico “F” do Projeto “*Aperfeiçoamento do Sistema PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos*”, no âmbito do CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT **098/2005** E ADITIVO, a execução dessas pesquisas piloto objetivou a geração de subsídios para a política pública de ocupação, emprego e renda, bem como a avaliação da sensibilidade da metodologia PED, consagrada na aferição dos mercados de trabalho metropolitanos, para a caracterização do uso da força de trabalho em pólos urbanos do interior.

Para o empreendimento deste projeto, promoveram-se ações em dois sentidos. Foram realizadas a adaptação metodológica da PED e a identificação de pólos urbanos do interior brasileiro, que, ao atenderem alguns requisitos básicos, pudessem se constituir em objetos de estudo também enriquecedores dessa experiência.

As adaptações metodológicas foram desenvolvidas nos instrumentos de coleta PED e em seus manuais de orientação, atividade desenvolvida em âmbito da parceria DIEESE/SEADE e registrada no Relatório Pesquisas piloto PED - Tomo I. Esta adaptação incorporou a ampliação do escopo temático da pesquisa, com a inclusão de questões para captação de transferência de renda governamental a domicílios e iniciativas de qualificação profissional, além da reformulação de questões e incorporação de novos quesitos. Com isto, buscou-se tanto maior proximidade à realidade dos mercados de trabalho localizados fora do eixo metropolitano, como realizar testes com o propósito de ampliar a capacidade da PED e gerar subsídios para a formulação e monitoramento de políticas públicas.

Já a seleção das regiões pesquisadas atendeu a uma série de critérios dos quais fizeram parte: o distanciamento das áreas pesquisadas, diferenças no grau de desenvolvimento e trajetória socioeconômica; e, proximidade de região metropolitana já investigada pelo Sistema PED.

Os principais resultados apresentados neste Relatório demonstram que se reproduz no chamado interior brasileiro a heterogeneidade, registrada pela metodologia PED há mais de 20 anos, no espaço laboral metropolitano.

Para esta experiência escolheu-se uma região sabidamente estagnada no sul do país – o Aglomerado Urbano Sul, para a qual inexistiam informações sobre o trabalho. O que se verificou foi a existência de uma taxa de desemprego total (20,8% da PEA) superior a qualquer expectativa, similar as apuradas pela PED nas regiões nordestinas com maior dificuldade de absorção da força de trabalho.

Também foi selecionada uma região economicamente pujante no Nordeste do país, que atrai atenção por se tratar de um pólo em desenvolvimento em uma área historicamente empobrecida e carente de oportunidades de trabalho. Lá, na área denominada Caruaru e Entorno, o que se aferiu foi uma intensa atração ao mercado de trabalho e baixo desemprego.

Nas duas regiões, todavia, encontrou-se, além de uma força de trabalho com características muito semelhantes à metropolitana – majoritariamente masculina e parcamente escolarizada, a mazela da discriminação sexual, de idade e racial. Adicionalmente, o interior nordestino e gaúcho, tão distantes, têm em comum a grande vulnerabilidade de sua força de trabalho, que, quando ocupada, em grande proporção não acessa seus direitos trabalhistas por não manter contratos assalariados registrados em carteira de trabalho ou por submeter-se ao vínculo de autônomo exclusivo para uma empresa.

Ainda as duas sociedades investigadas guardam como semelhança a desigualdade entre condições de trabalho e rendimentos, mediante as mais variadas formas de inserção ocupacional. Para finalizar, os rendimentos são muito baixos e apresentam-se em torno de 20,0% mais baixos que os identificados em igual período nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e do Recife.

ANEXOS

ANEXO 1

Principais conceitos e definições PED

Principais conceitos e definições PED

Este anexo metodológico apresenta, além de informações gerais sobre a PED, os principais conceitos e definições utilizados para o processamento dos indicadores contidos neste estudo.

1. Informações gerais sobre a PED

A PED é um levantamento domiciliar contínuo, que produz mensalmente indicadores sobre a inserção da população em idade ativa (10 anos e mais) no mercado de trabalho de regiões metropolitanas. São coletadas informações gerais sobre todos os moradores dos domicílios selecionados, e para as pessoas de 10 anos e mais é aplicado um módulo específico, com o objetivo de identificar as características da inserção no mercado de trabalho.

Realizada desde 1984 na Região Metropolitana de São Paulo, em parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o DIEESE, esta pesquisa cobre atualmente também as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e o Distrito Federal. Sua execução em cada uma dessas regiões é feita em parceria com diversos organismos públicos regionais, sendo um sistema de pesquisa reconhecido pelo COODEFAT como integrante do sistema nacional de estatísticas do trabalho.

Para atender seus objetivos básicos de geração de indicadores para o acompanhamento da evolução dos mercados de trabalho metropolitanos, a PED utiliza metodologia própria. Centra sua investigação na coleta de informações para classificar a população em idade ativa (10 anos e mais) como ocupada, desempregada e inativa, e também na captação de uma ampla gama de informações relacionadas às características pessoais da população e àquelas específicas a cada condição de atividade. Além dos atributos pessoais investigados para todos os moradores, como sexo, idade, cor, escolaridade, entre outros, são coletadas uma série de informações sobre os postos de trabalho dos ocupados, do trabalho anterior dos desempregados, seus meios de sobrevivência, além da principal atividade ou situação das pessoas classificadas como inativas.

Vale ressaltar que, por provir de uma pesquisa domiciliar, as informações coletadas pela PED não só permitem a geração de indicadores individuais, como também sua especificação segundo características domiciliares, tais como arranjos familiares, tamanho das famílias, renda familiar e outras características do conjunto de seus membros (idade, cor, sexo, etc.), informações preciosas para subsidiar a definição e avaliação de políticas sociais.

A PED possibilita e vem sendo utilizada para gerar um expressivo número de indicadores demandados por seus usuários, seja através de um processamento especial de sua base de dados, seja pela incorporação, por um período determinado, de um suplemento para coleta de informações específicas não contempladas no seu questionário básico.

Tanto os processamentos especiais da base de dados já existente, quanto as bases adicionais derivadas da aplicação de questionário suplementar, estão ancorados no planejamento amostral da PED que possibilita ampliar sua amostra básica pelo recurso de acumulação das informações mensalmente coletadas, para assim garantir uma adequada representatividade de indicadores mais detalhados ou para fenômenos de baixa frequência requeridos nos estudos especiais.

Os domicílios pesquisados pela PED são selecionados através de uma amostra probabilística em dois estágios. No primeiro, sorteiam-se os setores censitários ordenados por regiões homogêneas e, no segundo, são sorteados aleatoriamente os domicílios após a atualização dos respectivos setores selecionados, para assim garantir a todos os domicílios existentes no momento da pesquisa igual probabilidade de serem selecionados.

A amostra básica da PED, utilizada para o cálculo de indicadores divulgados mensalmente, abrange, em cada área metropolitana, cerca de 7.500 domicílios pesquisados ao longo de um trimestre – 1/3 por mês –, e é formada sempre por domicílios independentes, ou seja, sorteados uma única vez. Este desenho possibilita não só completar a amostra básica, composta por trimestres móveis, como também alcançar, pelo acúmulo de informações, um tamanho de amostra que atenda a precisão desejada para o processamento de outros indicadores calculados a partir da base de dados básica, como também aqueles originados pela aplicação dos suplementos.

A PED geralmente considera que para garantir a confiabilidade dos seus indicadores, o erro amostral máximo deve ser da ordem de 7,5%, tanto para indicadores de divulgação mensal quanto para aqueles processados em estudos especiais. O cálculo do erro amostral para os diversos indicadores não é trivial. No entanto, a PED passou a utilizar um critério prático para facilitar o processamento dos indicadores expressos em taxas e distribuições de frequência. Após vários cálculos de erros amostrais, verificou-se que estes tipos de indicadores, em geral, apresentam coeficientes de variação dentro dos limites de confiabilidade estabelecidos (7,5%), quando o numerador alcança no mínimo 100 observações na amostra. No caso dos rendimentos, os mesmos estudos sugerem um mínimo de 400 observações. Estes números determinam a possibilidade de processamento dos indicadores a serem disponibilizados nas diferentes distribuições de frequência, taxas e rendimentos calculados.

As variáveis, contempladas no questionário básico da PED e sua possibilidade de acumular informações ao longo do tempo, permitiram produzir, através do processamento especial de sua base de microdados já existente, uma série de indicadores sobre o perfil dos trabalhadores da Saúde e identificar a parcela dos trabalhadores inativos em licença-saúde remunerados pelo INSS.

As estimativas populacionais proporcionadas pela PED são resultantes da combinação da projeção da população residente em cada área metropolitana, com base no último Censo Demográfico, e as respectivas proporções dos diversos segmentos populacionais obtidas na amostra da pesquisa. Com este tipo de procedimento é possível ocorrer diferenças entre os percentuais obtidos na amostra e aqueles calculados diretamente na estimativa.

As informações relacionadas à saúde da população e suas demandas pelos serviços oferecidos nesta área, como não são captadas pelo questionário básico da PED, poderão ser proporcionadas pela aplicação de um questionário suplementar incorporado à pesquisa.

2. Conceitos e Definições Utilizadas

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) – Corresponde à população com dez anos e mais.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) – É a parcela da PIA que está ocupada ou desempregada;

OCUPADOS – São os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular mas não estão procurando outro trabalho; ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional;

DESEMPREGADOS – São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:

- a) **Desemprego Aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete últimos dias.
- b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário:** pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho remunerado de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ou não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste.
- c) **Desemprego Oculto pelo Desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS – São os indivíduos maiores de dez anos que não estão ocupados ou desempregados. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

TAXA DE DESEMPREGO – Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego total (aberto mais oculto). A taxa de desemprego específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PEA desse segmento que se encontra na situação de desemprego.

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{\text{Nº de Desempregados}}{\text{PEA}} \times 100$$

TAXA DE PARTICIPAÇÃO OU ATIVIDADE – Indica a proporção na PIA incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. A taxa de participação específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PIA desse segmento incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

$$\text{Taxa de Participação} = \frac{\text{PEA}}{\text{PIA}} \times 100$$

HORAS TRABALHADAS – Referem-se às horas efetivamente trabalhadas pelos ocupados na semana anterior à da entrevista no trabalho principal ou adicional. Incluem-se, além da jornada normal de trabalho, as horas extras trabalhadas e também o tempo gasto para a realização de trabalhos, tais como preparo de aulas e correção de provas, no caso de professores, horas despendidas na compra de suas mercadorias, no caso de feirantes. São excluídas as horas que o indivíduo deixou de trabalhar devido a circunstâncias várias, como feriado, greve, motivo de doenças, etc.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

- **Empregado:** incluem-se não só os trabalhadores que têm vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira assinada (trabalho assalariado, jornada de trabalho fixada, direito a férias, etc.), mas também aqueles cujo vínculo com o empregador (empresa, negócio ou pessoa) não é tão formalizado, seja porque recebem remuneração em espécie/ benefício, seja porque o vínculo se traduz em um contrato de autônomo que implica compromisso de entrega do trabalho, em prazo determinado (produção de serviços, peças, tarefas) ou porque trabalha por dias contratados. Também são considerados aqueles trabalhadores que têm vínculo empregatício com uma família e não com uma empresa:

empregado doméstico, mensalista ou diarista, e empregado doméstico que recebe só em espécie/ benefício;

- **Estagiário remunerado:** pessoa que é contratada por uma empresa em regime especial que combina as atividades de estudos e trabalho. Tem um contrato de trabalho especial que determina horário de trabalho compatível com os estudos e tipos de atribuições que pode desenvolver, geralmente, com orientações de um supervisor. São consideradas estágio as atividades de trabalho remuneradas proporcionadas ao estudante realizadas em empresas públicas, privadas ou ONG's, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. Portanto, os estagiários devem ser alunos regularmente matriculados e que estejam comprovadamente freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio (segundo grau), de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial, em cursos vinculados ao ensino público ou particular. Toda atividade de estágio desenvolvida em empresas é acompanhada e orientada por um supervisor. A atividade de estágio não está sujeita à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas à legislação específica;
- **Conta-própria ou autônomo:** pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Exemplo: pedreiro que trabalha por conta-própria e que contrata uma pessoa para ajudá-lo num trabalho, por um período determinado. As pessoas que trabalham nesta situação tem liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho e, portanto, para determinar sua jornada de trabalho;
- **Arrendatário, meeiro ou parceiro:** pessoa que trabalha em atividades agropecuárias, explorando uma terra que não é de sua propriedade e pagando pelo seu uso. O pagamento ao proprietário da terra é feito mediante: aluguel por arrendamento, pago em dinheiro e/ou espécie, independentemente do resultado da produção: divisão do produto gerado na propriedade, correspondente à parcela proporcional à colheita ou produção, inclusive pecuária, ou sob outras formas assemelhadas (Meia, Terça, Quarta, etc.).
- **Pequeno produtor agrícola:** pessoa que gerencia um pequeno estabelecimento agrícola de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes. Normalmente, neste tipo de estabelecimento, só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, mas pode haver situações nas quais trabalhem um ou dois empregados de forma permanente e remunerados. Esta pessoa diferencia-se do conta-própria porque seu estabelecimento é mais

formalizado (requer licença e algum tipo de capitalização). Nunca trabalha sozinho. Diferencia-se do empregador, já que só pode ter no máximo, de forma permanente, dois empregados remunerados. Exemplos: o dono de uma chácara onde trabalha com a mulher e, além desta, com um empregado para fazer os serviços mais pesados; dois irmãos que trabalham e são proprietários de um sítio; o dono de uma pequena propriedade agrícola onde trabalha apenas com a mulher e com até dois empregados;

- **Cooperado:** pessoa que é sócia de uma cooperativa de trabalhadores, ou seja, que se associou com outros trabalhadores por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Esta cooperativa pode comercializar ou prestar serviços e/ou produzir bens manufaturados ou agrícolas. Portanto, pode incluir os integrantes de assentamentos agrícolas. O cooperado, além de participar da gestão desta cooperativa, exerce efetivamente o seu trabalho na mesma, seja na produção de mercadorias como na de prestação de serviços. Não possui contrato de trabalho assalariado nem remuneração fixa estabelecida em contrato. Sua remuneração depende do seu desempenho e da produção e rentabilidade da cooperativa.
- **Empregador:** pessoa que é proprietária de um negócio ou de uma empresa ou propriedade agrícola, ou que exerce uma profissão ou ofício e que tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanente. O profissional universitário é considerado empregador quando possui três ou mais empregados remunerados permanentes. O arrendatário que explora também sua propriedade agrícola deve ser classificado nesta alternativa, desde que tenha três ou mais empregados. Não é considerado empregador o indivíduo que só tenha empregado doméstico ou empregado não remunerado ou, ainda, empregado remunerado contratado eventualmente, em períodos de maior trabalho;
- **Dono de negócio familiar:** pessoa que gerencia um negócio ou uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes. Normalmente, neste tipo de negócio, só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, mas podem haver situações nas quais trabalhem um ou dois empregados de forma permanente e remunerados. Esta pessoa diferencia-se do conta-própria porque seu negócio é mais formalizado (requer licença e algum tipo de capitalização). Nunca trabalha sozinho. Diferencia-se do empregador, já que só pode ter no máximo, de forma permanente, dois empregados remunerados. Exemplos: o dono de um empório ou quitanda onde trabalha com a mulher e, além desta, com um empregado para

fazer os serviços mais pesados; dois irmãos que são proprietários de uma oficina mecânica; o dono de uma loja onde trabalha com os filhos;

- **Profissional universitário autônomo:** pessoa que tem nível universitário completo e uma profissão universitária específica (médico, veterinário, economista, advogado, etc.). Pode ter um escritório próprio ou, ainda, prestar serviços para várias empresas possuindo até dois empregados remunerados;
- **Trabalhador familiar sem remuneração salarial:** pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios de parentes, sem receber um salário como contrapartida. Pode, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada.

RENDIMENTOS DO TRABALHO – Correspondem ao rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa:

- 1) para os assalariados são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc.;
- 2) o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos não são computados nesta situação;
- 3) para os empregadores, conta-próprias e demais é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio.

RENDIMENTO MÉDIO POR HORA – É a razão entre o rendimento médio mensal e as horas médias mensais trabalhadas no trabalho principal ou adicional. Para transformar as horas médias semanais em horas médias mensais, multiplicam-se as horas médias semanais por 4,28 semanas.

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – É identificado pelo produto final ou o serviço resultante da atividade da empresa onde o indivíduo exerce o seu trabalho. No caso de empresas que congregam vários estabelecimentos ou fábricas, produzindo diferentes produtos ou um produto principal e vários subprodutos ou, ainda, partes de um mesmo produto, é considerada a atividade do estabelecimento onde o indivíduo trabalha ou trabalhava.

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ATUAL TRABALHO – Tempo de permanência é um indicador da estabilidade de trabalho ou de emprego do indivíduo. A captação dessa informação para o empregado assalariado refere-se ao tempo no atual emprego.

TRABALHO PRINCIPAL – É identificado como o trabalho ao qual o ocupado dedica o maior número de horas. Nos casos em que o indivíduo tem dois trabalhos com o mesmo número de horas, corresponde àquele que lhe proporcione maior remuneração.

TRABALHO ADICIONAL – Trabalho que o ocupado indica que dedica menos horas do que o principal realizado no mesmo período de referência.

OCUPAÇÃO OU FUNÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL – Entende-se por ocupação o ofício, profissão, cargo ou função que o indivíduo exerce em seu trabalho principal. Não confundir a ocupação com a sua formação profissional. Assim, um advogado que exerce o cargo de juiz de direito é classificado como juiz de direito e não como advogado; se um economista trabalha como gerente comercial de uma fábrica, sua ocupação é a de gerente comercial e não de economista.

ANEXO 2

Principais Indicadores do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana do Recife

Tabela 1

Estimativas da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade e Taxas de Participação e de Desemprego por Tipo
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

Indicadores	Set-Out-Nov/06
Estimativas (em 1.000 pessoas)	
População em Idade Ativa	3.111
População Economicamente Ativa	1.605
Ocupados	1.263
Desempregados	342
Inativos	1.506
Taxa de Participação (em %)	51,6
Taxa de Desemprego (em %)	
Total	21,3
Aberto	13,3
Oculto Total	8,0
Pelo Trabalho Precário	4,7
Pelo Desalento	3,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Tabela 2				
Taxa de Participação, segundo Atributos Pessoais				
Região Metropolitana do Recife				
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006				
	(em %)			
Atributos Pessoais	Set-Out-Nov/06			
Total	51,6			
Sexo				
Homens	61,1			
Mulheres	43,5			
Posição no Domicílio				
Chefe	63,2			
Demais	45,8			
Cônjuge	45,8			
Filho	47,1			
Outros	41,5			
Cor				
Negros	51,7			
Não-Negros	51,6			
Faixa Etária				
10 a 17 Anos	7,8			
18 a 24 Anos	66,1			
25 a 39 Anos	76,2			
40 Anos e Mais	45,9			
Nível de Instrução				
Analfabeto	26,8			
Fundamental Incompleto	36,3			
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	55,0			
Médio Completo + Superior Incompleto	74,8			
Superior Completo	76,7			
Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego				

Tabela 4

Taxas de Desemprego, segundo Atributos Pessoais
 Região Metropolitana do Recife
 Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Atributos Pessoais	Set-Out-Nov/06
Total	21,3
Sexo	
Homens	18,0
Mulheres	25,2
Posição no Domicílio	
Chefe	12,1
Demais	27,8
Cônjuge	20,6
Filho	31,4
Outros	29,5
Cor	
Negros	21,7
Não-Negros	19,5
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	46,5
18 a 24 Anos	37,1
25 a 39 Anos	20,8
40 Anos e Mais	10,4
Nível de Instrução	
Analfabeto	(1)
Fundamental Incompleto	21,3
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	27,8
Médio Completo + Superior Incompleto	22,1
Superior Completo	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 5

Distribuição dos Desempregados, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Desempregados	Set-Out-Nov/06
Total	100,0
Sexo	
Homens	46,2
Mulheres	53,8
Posição no Domicílio	
Chefe	23,4
Demais	76,6
Cônjuge	17,8
Filho	47,0
Outros	11,8
Cor	
Negros	81,3
Não-Negros	18,7
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	5,3
18 a 24 Anos	37,0
25 a 39 Anos	40,9
40 Anos e Mais	16,8
Nível de Instrução	
Analfabeto	(1)
Fundamental Incompleto	29,6
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	24,1
Médio Completo + Superior Incompleto	41,3
Superior Completo	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 6

Distribuição dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em %)	
Setores de Atividade	Set-Out-Nov/06
Total	100,0
Indústria	9,0
Comércio	19,3
Serviços	53,9
Construção Civil	4,4
Serviços Domésticos	9,0
Demais	4,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Tabela 7

Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em %)	
Posição na Ocupação	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	100,0
Assalariados (1)	59,7
Do Setor Privado	46,5
Do Setor Público	13,2
Autônomos	23,5
Trabalha para o Público	16,6
Trabalha para Empresa	6,9
Empregadores	2,7
Empregados Domésticos	9,0
Demais (2)	5,1

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

(2) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

Tabela 8

Distribuição dos Assalariados, segundo Setor Institucional e Forma de Contratação
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em %)	
Setor Institucional e Forma de Contratação	Set-Out-Nov/06
Total de Assalariados (1)	100,0
Do Setor Privado	77,9
Com Carteira Assinada	60,6
Sem Carteira Assinada	17,3
Do Setor Público	22,1
Estatutário	11,3
Celetista	10,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

Tabela 9

Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R\$ de outubro de 2006)

Setores de Atividade	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	635
Indústria	663
Comércio	586
Serviços	754
Construção Civil	(1)
Serviços Domésticos	274
Demais	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclui-se os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela 10

Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Posição na Ocupação	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	635
Assalariados (1)	719
Do Setor Privado	590
Do Setor Público	1.193
Autônomos	378
Trabalha para o Público	369
Trabalha para Empresa	(3)
Empregadores	(3)
Empregados Domésticos	274
Demais (2)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

(2) Inclui dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela 11

Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Setor Institucional e Forma de Contratação
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Setor Institucional e Forma de Contratação	Set-Out-Nov/06
Total de Assalariados (1)	719
Do Setor Privado	590
Com Carteira Assinada	649
Sem Carteira Assinada	378
Do Setor Público	1.193
Estatutário	(2)
Celetista	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela 12

Distribuição dos Ocupados, segundo Município onde Moram e Trabalham
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Município onde Moram e Trabalham	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	100,0
Trabalha no município onde mora	73,1
Trabalha em outro município da região	24,9
Trabalha em outro município fora da região	(1)
Trabalha em vários municípios	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 3

Principais Indicadores do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

Tabela 1

Estimativas da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade
e Taxas de Participação e de Desemprego por Tipo
Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

Indicadores	Set-Out-Nov/06
Estimativas (em 1.000 pessoas)	
População em Idade Ativa	3.287
População Economicamente Ativa	1.903
Ocupados	1.642
Desempregados	261
Inativos	1.384
Taxa de Participação (em %)	57,9
Taxa de Desemprego (em %)	
Total	13,7
Aberto	10,0
Oculto Total	3,7
Pelo Trabalho Precário	2,7
Pelo Desalento	1,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Tabela 2

Taxa de Participação, segundo Atributos Pessoais
 Região Metropolitana de Porto Alegre
 Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Atributos Pessoais	Set-Out-Nov/06
Total	57,9
Sexo	
Homens	66,3
Mulheres	50,3
Posição no Domicílio	
Chefe	67,7
Demais	
Cônjuge	55,8
Filho	48,6
Outros	50,4
Cor	
Negros	56,0
Não-Negros	58,2
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	11,9
18 a 24 Anos	77,3
25 a 39 Anos	83,5
40 Anos e Mais	51,7
Nível de Instrução	
Analfabeto	(1)
Fundamental Incompleto	39,7
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	62,2
Médio Completo + Superior Incompleto	76,7
Superior Completo	79,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Tabela 3

Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo Atributos Pessoais
 Região Metropolitana de Porto Alegre
 Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
População Economicamente Ativa	Set-Out-Nov/06
Total	100,0
Sexo	
Homens	54,5
Mulheres	45,5
Posição no Domicílio	
Chefe	45,7
Demais	
Cônjuge	23,0
Filho	24,8
Outros	6,5
Cor	
Negros	13,0
Não-Negros	87,0
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	3,1
18 a 24 Anos	19,9
25 a 39 Anos	38,1
40 Anos e Mais	38,9
Nível de Instrução	
Analfabeto	(1)
Fundamental Incompleto	27,2
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	21,7
Médio Completo + Superior Incompleto	38,4
Superior Completo	12,1

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Tabela 4

Taxas de Desemprego, segundo Atributos Pessoais
 Região Metropolitana de Porto Alegre
 Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Atributos Pessoais	Set-Out-Nov/06
Total	13,7
Sexo	
Homens	11,3
Mulheres	16,5
Posição no Domicílio	
Chefe	8,1
Demais	
Cônjuge	12,5
Filho	23,4
Outros	19,5
Cor	
Negros	18,9
Não-Negros	12,9
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	43,1
18 a 24 Anos	24,1
25 a 39 Anos	12,3
40 Anos e Mais	7,3
Nível de Instrução	
Analfabeto	(1)
Fundamental Incompleto	16,1
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	19,6
Médio Completo + Superior Incompleto	11,6
Superior Completo	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Tabela 5

Distribuição dos Desempregados, segundo Atributos Pessoais

Região Metropolitana de Porto Alegre

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Desempregados	Set-Out-Nov/06
Total	100,0
Sexo	
Homens	44,9
Mulheres	55,1
Posição no Domicílio	
Chefe	27,1
Demais	
Cônjuge	21,0
Filho	42,6
Outros	9,3
Cor	
Negros	18,0
Não-Negros	82,0
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	9,8
18 a 24 Anos	35,1
25 a 39 Anos	34,4
40 Anos e Mais	20,7
Nível de Instrução	
Analfabeto	(1)
Fundamental Incompleto	32,0
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	31,1
Médio Completo + Superior Incompleto	32,6
Superior Completo	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Tabela 6

Distribuição dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica

Região Metropolitana de Porto Alegre

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Setores de Atividade	Set-Out-Nov/06
Total	100,0
Indústria	17,4
Comércio	17,6
Serviços	53,1
Construção Civil	5,0
Serviços Domésticos	6,6
Demais	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Tabela 7

Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em %)	
Posição na Ocupação	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	100,0
Assalariados (1)	67,2
Do Setor Privado	54,4
Do Setor Público	12,8
Autônomos	16,8
Trabalha para o Público	11,8
Trabalha para Empresa	5,0
Empregadores	3,9
Empregados Domésticos	6,6
Demais (2)	5,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

(2) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

Tabela 8

Distribuição dos Assalariados, segundo Setor Institucional e Forma de Contratação

Região Metropolitana de Porto Alegre

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Setor Institucional e Forma de Contratação	Set-Out-Nov/06
Total de Assalariados (1)	100,0
Do Setor Privado	81,0
Com Carteira Assinada	67,4
Sem Carteira Assinada	13,6
Do Setor Público	19,0
Estatutário	10,4
Celetista	8,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

Tabela 9

Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R\$ de outubro de 2006)

Setores de Atividade	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	956
Indústria	910
Comércio	792
Serviços	1.125
Construção Civil	(1)
Serviços Domésticos	423
Demais	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos menselistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela 10

Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R\$ de outubro de 2006)	
Posição na Ocupação	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	956
Assalariados (1)	977
Do Setor Privado	834
Do Setor Público	1.612
Autônomos	764
Trabalha para o Público	675
Trabalha para Empresa	(3)
Empregadores	(3)
Empregados Domésticos	423
Demais (2)	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

(2) Inclui dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Excluiu os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela 11

Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Setor Institucional e Forma de Contratação

Região Metropolitana de Porto Alegre

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R\$ de outubro de 2006)

Setor Institucional e Forma de Contratação	Set-Out-Nov/06
Total de Assalariados (1)	977
Do Setor Privado	834
Com Carteira Assinada	878
Sem Carteira Assinada	607
Do Setor Público	1.612
Estatutário	1.773
Celetista	1.413

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela 12

Distribuição dos Ocupados, segundo Município onde Moram e Trabalham

Região Metropolitana de Porto Alegre

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Município onde Moram e Trabalham	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	100,0
Trabalha no município onde mora	73,9
Trabalha em outro município da região	21,7
Trabalha em outro município fora da região	(1)
Trabalha em vários municípios	3,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DE CARUARU

A busca de alternativas para o desemprego tem encaminhado o debate sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho brasileiro à construção de hipóteses explicativas para o problema da subutilização de nossa força de trabalho. Nesta empreitada, em que amplos segmentos da sociedade vêm se envolvendo há pelo menos duas décadas, a suposição de que existam substanciais diferenças entre a absorção de trabalhadores nas áreas metropolitanas e nos pólos urbanos do interior tem ganhado inegável destaque.

Essa linha analítica, também alimentada pelas novas concepções e estratégias de desenvolvimento local, hoje, encontra espaço em um quadro institucional marcado pelo diálogo social e novas perspectivas para a política pública do trabalho.

Atentos a essas questões, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) firmaram um convênio que viabilizou a realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na região formada pelo Município de Caruaru e seu Entorno. Esta iniciativa comportou a realização de entrevistas em 4.500 domicílios situados na área urbana dos municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, entre setembro e novembro de 2006.

Consagrada na aferição de fenômenos típicos dos mercados de trabalho em desenvolvimento, como são os casos das formas disfarçadas de emprego e das modalidades ditas informais de ocupação, a metodologia PED usualmente aplicada em áreas metropolitanas foi desafiada a avaliar a inserção da População em Idade Ativa desses novos espaços urbanos. Este boletim apresenta os primeiros resultados desta experiência.

TAXA DE DESEMPREGO FICA EM 13,7% DA PEA NO TRIMESTRE SET/NOV/06

1. As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, no trimestre set-nov/2006, 60,5% dos 421 mil indivíduos com dez anos ou mais de idade, residentes no município de Caruaru e Entorno, estavam engajados no mercado de trabalho local. Com isso, estima-se que 255 mil indivíduos compunham a População Economicamente Ativa (PEA) no período. Na inatividade, formada pela parcela da População em Idade Ativa (PIA) que não participava do mercado de trabalho, se encontravam os 166 mil indivíduos restantes (Tabela 1).
2. Os desempregados correspondiam a 13,7% da PEA, contabilizando 35 mil indivíduos nesta situação, enquanto o contingente médio de ocupados no período alcançou 220 mil pessoas.

Tabela 1
Estimativas do Número de Pessoas de 10 Anos e Mais Segundo Condição de Atividade
Caruaru e Entorno¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

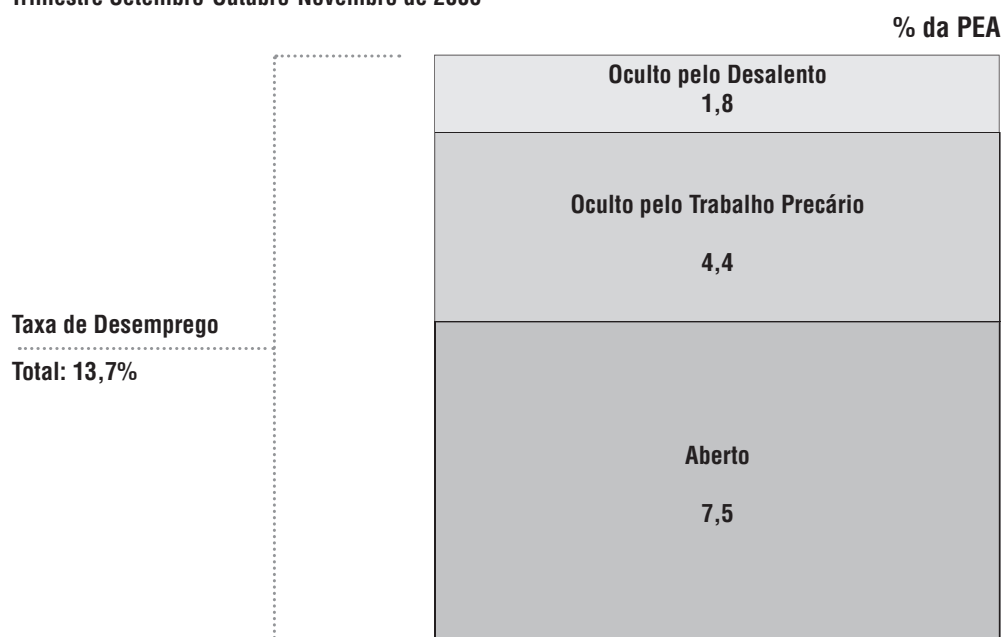
Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)
População em Idade Ativa	421
População Economicamente Ativa	255
Ocupados	220
Desempregados	35
Em Desemprego Aberto	19
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	11
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	05

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama

- O exame do desemprego, segundo tipo, indica que a taxa de desemprego aberto ficou situada em 7,5% da PEA regional, sendo esta a proporção de trabalhadores que se dedicavam única e exclusivamente à procura de uma ocupação no trimestre pesquisado. Esta parcela, que somava 19 mil pessoas, correspondia a mais da metade do contingente de desempregados de Caruaru e Entorno (54,3%).
- O percentual de trabalhadores em situação de desemprego oculto na região alcançou 6,2% da PEA e foi estimado em 16 mil indivíduos. Dentre estes, 4,4%, em simultâneo à procura por uma inserção estável, exerceram alguma atividade precária, caracterizada pela imprevisibilidade e ganhos avulsos e/ou variáveis. Por sua vez, desalentados pelas poucas perspectivas apresentadas pelas condições laborais da localidade, 1,8% da PEA, apresentou interrupções na sua busca por ocupação (Figura 1).

Figura 1
Composição da Taxa de Desemprego Total
Caruaru e Entorno¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS

5. No período analisado, a taxa média de participação no mercado de trabalho do município de Caruaru e Entorno foi de 60,5%. Essa taxa, que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao contingente de ocupados ou desempregados, porém, apresentou intensidade diferenciada entre os diversos grupos populacionais determinando o perfil da PEA regional.
6. A desagregação da taxa de participação, segundo os atributos pessoais, apresentou características destacáveis, conforme segue (Tabela 2):
 - **Sexo** - Apesar do persistente crescimento da incorporação feminina ao mercado de trabalho urbano do país, relativamente ao observado para os homens, a participação de mulheres na PEA ainda é nitidamente menos intensa. Esta característica também foi identificada no conjunto dos cinco municípios pesquisados pela PED, onde, em set-nov/06, 50,7% do contingente feminino com 10 anos e mais de idade faziam parte da força de trabalho, estimando-se em 113 mil o número de mulheres economicamente ativas. No mesmo período, a taxa de participação masculina foi de 71,6% e os homens integrantes da força de trabalho local, 142 mil.
 - **Posição no Domicílio** - Discrepância maior ainda foi verificada para o corte segundo a posição no domicílio, dado que os chefes estão bastante sobre-representados entre os economicamente ativos (41,8%) contra apenas 20,6% dos cônjuges, geralmente mulheres. No período de análise a taxa de participação dos chefes foi de 71,5%, seguido dos filhos (55,6%) e do cônjuge (53,8%).
 - **Cor** - Entre setembro e novembro de 2006, a taxa de participação da população negra de 10 anos e mais em situação de ocupação ou desemprego, foi de 61,8%, enquanto esta proporção alcançou 59,2% dentre os não-negros. A população economicamente ativa negra correspondeu a 129 mil pessoas, respondendo pela metade da PEA do município de Caruaru e seu Entorno (50,7%).
 - **Idade** - Conforme a faixa etária, nos cinco municípios abrangidos pela PED, a mais elevada taxa de participação no mercado de trabalho foi identificada entre os indivíduos adultos, com idade entre os 25 e os 39 anos (80,9%). O segundo segmento etário de maior engajamento no universo laboral da região foi o juvenil, na faixa etária entre 18 e 24 anos, cuja taxa de participação no trimestre pesquisado ficou em 80,2%. Já, o menor patamar identificado para esta proporção foi registrado entre crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 17 anos - 26,6%.

Tabela 2
Distribuição da População Economicamente Ativa e Taxas de Participação Segundo Atributos Pessoais
Caruaru e Entorno¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

População Economicamente Ativa	% da PEA	Taxa de Participação (% da PIA)
Total	100,0	60,5
Sexo		
Homens	55,7	71,6
Mulheres	44,3	50,7
Posição no Domicílio		
Chefe	41,8	71,5
Demais	58,2	54,5
Cônjuge	20,6	53,8
Filho	29,4	55,6
Outros	8,3	52,2

continua

População Economicamente Ativa	% da PEA	Taxa de Participação (% da PIA)
Cor		
Negros	50,7	61,8
Não-Negros	49,3	59,2
Faixa Etária		
10 a 17 anos	8,0	26,6
18 a 24 anos	24,0	80,2
25 a 39 anos	38,5	80,9
40 Anos e Mais	29,5	51,2

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE
Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama

- **Escolaridade** – Verificou-se que a taxa de participação da região de Caruaru e seu Entorno aumentou na medida em que se avançou na direção de níveis de instrução mais elevados – desde 43,9%, para os analfabetos, até 84,6% para aqueles com nível superior completo (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição da População Economicamente Ativa e Taxas de Participação Segundo Escolaridade
Município de Caruaru e Entorno¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

População Economicamente Ativa	% da PEA	Taxa de Participação (% da PIA)
Analfabeto	11,1	43,9
Fundamental Incompleto	45,7	54,2
Fundamental Completo+ Médio Incompleto	16,9	71,0
Médio Completo + Superior Incompleto	21,6	81,3
Superior Completo	4,6	84,6

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE
Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama

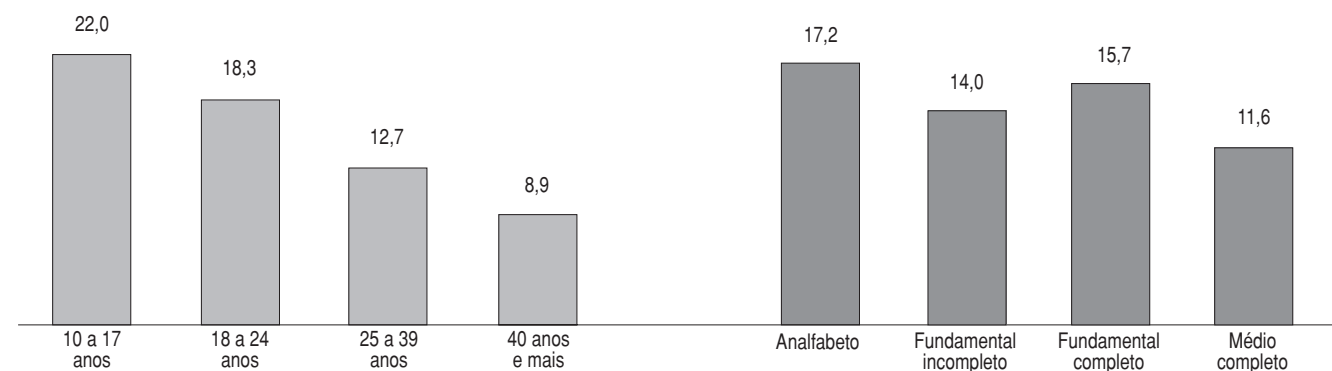
DESEMPREGO: INCIDÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS

7. A taxa de desemprego total é um indicador sintético do desempenho do mercado de trabalho informando a capacidade da organização produtiva de determinada comunidade ou região a absorver a disponibilidade de força de trabalho local. Contudo, algum detalhamento, construído a partir de determinadas desagregações, do contingente de desempregados, é bastante importante para que se possa compreender melhor o comportamento do desempenho do mercado.
8. As mulheres enfrentam, em Caruaru e Entorno, maior dificuldade para a obtenção de emprego. No trimestre investigado, o contingente feminino experimentou taxa de desemprego total de 3,3 p.p. superior a dos homens. Estes indicadores alcançavam os patamares de 15,5% e 12,2% de suas respectivas populações economicamente ativas.
9. O caráter excludente do mercado de trabalho também se revela quando analisada a diferença das taxas de desemprego segundo cor. A maior pressão exercida pela parcela negra da população sobre a estrutura produtiva em busca de uma oportunidade ocupacional, muitas vezes, é frustrada pelo desemprego, cujas taxas, comparativamente aos não-negros, freqüentemente são maiores. Na região pesquisada pela PED,

a taxa de desemprego para os negros ficou situada em 15,3% da PEA negra, enquanto para os não-negros, este indicador ficou em 12,0%.

10. Analisados os ciclos de vida, o comportamento das taxas de desemprego mostrou a mesma trajetória: quanto menor a idade, maior foi a taxa de desemprego. Assim, pode-se observar que no trimestre set-nov/2006, a taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos (18,3%) foi mais que o dobro da taxa de desemprego daqueles com 40 anos e mais (8,9%), Gráfico 1.

Gráfico 1
Taxas de Desemprego Segundo Faixa Etária e Escolaridade
Entorno do Município de Caruaru
Trimestre setembro-novembro-dezembro de 2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Obs.: a) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama;

b) Inclui ensino médio incompleto;

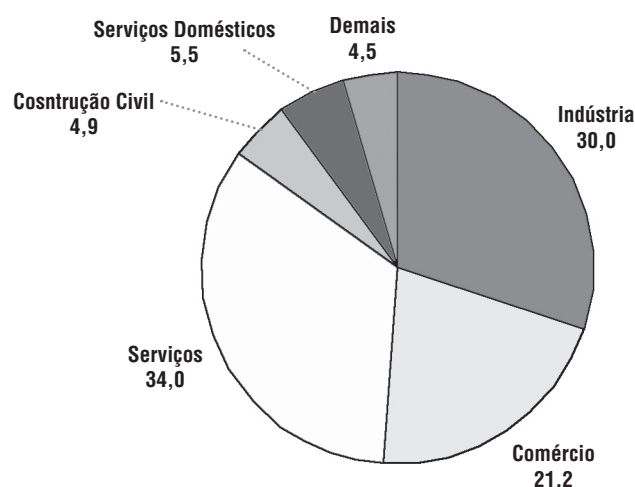
c) Inclui o ensino superior incompleto

11. De outro lado, o problema do desemprego é sistematicamente mais intenso para a população com baixos níveis educacionais. Nos últimos anos, quando a ocupação cresceu em ritmo lento, a dificuldade para obtenção de uma vaga foi ainda maior para os menos escolarizados, visto que o mercado de trabalho não conseguiu absorver todos os ingressantes na força de trabalho. Assim, a taxa de desemprego é mais baixa para aqueles que têm o ensino médio completo (11,6%) e mais elevada para os indivíduos sem escolaridade ou que não completaram o ensino fundamental (17,2%). Ademais, destaca-se o peso relativo desta última parcela da população entre os desempregados, uma vez que, dos 35 mil indivíduos em situação de desemprego encontrados pela PED na cidade de Caruaru e Entorno, os menos escolarizados corresponderam a 21 mil pessoas (60,9%).

CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E OS RENDIMENTOS DO TRABALHO

12. Na região formada pelo município de Caruaru e seu Entorno, o setor serviços absorveu a maior parcela de ocupados entre set-nov/06. Responsável por 34,0% da ocupação local, este segmento contou com um contingente de 75 mil trabalhadores no período pesquisado.
13. Com maior potencialidade de desenvolvimento para artesanato, calçados, produtos alimentícios e confecção, as atividades industriais contribuíram com a geração de 30,0% das oportunidades de trabalho no município de Caruaru e Entorno, no trimestre encerrado em novembro de 2006.
14. O município de Caruaru possui no comércio, reconhecido como um dos mais dinâmicos e diversificados do agreste Pernambucano, uma de suas grandes vocações. A proporção de ocupados no comércio nos municípios investigados foi de 21,2%. Por seu turno, os segmentos da construção civil e emprego doméstico ocupavam, respectivamente, 4,9% e 5,5% da força de trabalho da área abrangida pela PED (Gráfico 2).

Gráfico 2
Distribuição da População Ocupada Segundo Setores de Atividade Econômica
Caruaru e Entorno¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama

15. A análise das formas de inserção no mercado de trabalho revelou que a maior parte da ocupação local foi propiciada pelo assalariamento privado (36,5%), enquanto o setor público absorveu apenas 8,4% da população ocupada total. O trabalho autônomo, outra medida da singularidade da ocupação gerada nos municípios estudados pela PED, no agreste pernambucano, absorveu 36,2% do total da população ocupada (Tabela 4).
16. Outro indicador do padrão de inserção dos moradores dos municípios estudados foi o grau de estabilidade e formalização do emprego, para o qual a posse da carteira de trabalho e o vínculo com o setor público foram utilizados como indicadores. O município de Caruaru e seu Entorno possuíam uma taxa total de co-

Tabela 4
Distribuição da População Ocupada Segundo Posição na Ocupação
Município de Caruaru e Entorno¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

População Economicamente Ativa	(em %)
Total de Ocupados	100,0
Assalariados (2)	45,1
Do Setor Privado (3)	36,5
Do Setor Público (4)	8,4
Autônomos	36,2
Trabalha para o Público	21,3
Trabalha para Empresa	14,9
Empregadores	3,9
Empregados Domésticos	5,5
Demais (5)	9,3

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Notas: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama;

(2) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários;

(3) Inclui os estagiários do setor privado;

(4) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público;

(5) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração

bertura legal do emprego de 57,0%, sendo 16,4% dos empregos gerados pelo setor público (11,3%, estatutário), enquanto a posse de carteira de trabalho cobria 40,6% dos assalariados do setor privado (Tabela 5).

Tabela 5
Distribuição da População Ocupada Segundo Posição na Ocupação
Município de Caruaru e Entorno¹

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

População Economicamente Ativa	(em %)
Total de Assalariados	100,0
Do Setor Privado	80,3
Com Carteira Assinada	40,6
Sem Carteira Assinada	39,7
Do Setor Público	16,4
Estatutário	11,3
Celetista	(3)
Demais Assalariados (2)	(3)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Notas: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama; (2) Assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalham, assalariados contratados em frentes de trabalho e estagiários; (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

17. No trimestre set-nov/06, a média dos rendimentos reais recebidos no trabalho principal pelos ocupados foi de R\$ 485, em valores correntes de outubro daquele ano. A desagregação dos rendimentos segundo o setor de atividade econômica indicou que os maiores ganhos do trabalho foram auferidos no setor de serviços (R\$ 584), enquanto os menores patamares de remuneração foram propiciados nos serviços domésticos (R\$ 219).

Tabela 6
Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados Segundo Setor de Atividade Econômica
Município de Caruaru e Entorno¹

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

(R\$ de outubro de 2006)

Setores de Atividade	Rendimento Médio Real
Total de Ocupados	485
Indústria	441
Comércio	524
Serviços	584
Construção Civil	404
Serviços Domésticos	219
Demais	(2)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama;

2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensais que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE;

b) Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa

18. A desagregação por posição na ocupação apresenta os níveis de rendimento médio real para os principais grupos da PEA ocupada: empregados e trabalhadores por conta própria. De acordo com os dados da PED, no trimestre set-nov/06, existiu uma diferença de pouco menos de 20% entre os ganhos do trabalho dessas categorias: assalariados (R\$ 499) e autônomos (R\$ 407).
19. Considerando a formalização do vínculo empregatício dos assalariados no setor privado, no trimestre set-nov, os salários reais médios dos trabalhadores dos municípios analisados foram equivalentes a R\$

525 e R\$ 334, para aqueles com e sem carteira de trabalho assinada, respectivamente (Tabela 9). Deve-se notar que o rendimento dos assalariados no setor público (R\$ 853) foi quase duas vezes ao auferido no setor privado (R\$ 432). Em 2006, o maior rendimento médio foi encontrado para os empregadores (R\$ 1.442) e o menor para os empregados domésticos (R\$ 219) - Tabelas 7 e 8.

Tabela 7
Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados Segundo Posição na Ocupação - Município de Caruaru e Entorno
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

(R\$ de outubro de 2006)

Posição na Ocupação	Set-Out-Nov/06
Total de Ocupados	485
Assalariados (2)	499
Do Setor Privado (3)	432
Do Setor Público (4)	805
Autônomos	407
Trabalha para o Público	422
Trabalha para Empresa	387
Empregadores	1.442
Empregados Domésticos	219
Demais (5)	536

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE.

Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravata, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama;

(2) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários;

(3) Inclui os estagiários do setor privado;

(4) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público;

(5) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração

Obs.: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE;

b) Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela 8
Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados Segundo Posição na Ocupação - Município de Caruaru e Entorno
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

(R\$ de outubro de 2006)

Posição na Ocupação	Set-Out-Nov/06
Total de Assalariados	499
Do Setor Privado	432
Com Carteira Assinada	525
Sem Carteira Assinada	334
Do Setor Público	853
Estatutário	975
Celetista	(2)
Demais Assalariados (1)	(2)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Correspondem ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravata, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama;

2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE;

b) Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa

O MERCADO DE TRABALHO NO AGLOMERADO URBANO SUL

A busca de alternativas para o desemprego tem encaminhado o debate sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho brasileiro à construção de hipóteses explicativas para o problema da subutilização de nossa força de trabalho. Nesta empreitada, em que amplos segmentos da sociedade vêm se envolvendo há pelo menos duas décadas, a suposição de que existam substanciais diferenças entre a absorção de trabalhadores nas áreas metropolitanas e nos pólos urbanos do interior tem ganhado inegável destaque.

Essa linha analítica, também alimentada pelas novas concepções e estratégias de desenvolvimento local, hoje, encontra espaço em um quadro institucional marcado pelo diálogo social e por novas perspectivas para a política pública do trabalho.

Atentos a essas questões, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) firmaram convênio que viabilizou a realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nos municípios que compõem o Aglomerado Urbano Sul. Esta iniciativa comportou a realização de entrevistas em 4.500 domicílios situados na área urbana dos municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Arroio do Padre e Turuçu, entre setembro e novembro de 2006.

Consagrada na aferição de fenômenos típicos dos mercados de trabalho em desenvolvimento, como são os casos das formas disfarçadas de emprego e das modalidades ditas informais de ocupação, a metodologia PED usualmente aplicada em áreas metropolitanas foi desafiada a avaliar a inserção da População em Idade Ativa desses novos espaços urbanos. Este boletim apresenta os primeiros resultados desta experiência.

O MERCADO DE TRABALHO NO AGLOMERADO URBANO SUL (PELOTAS E ENTORNO) NO TRIMESTRE SET-NOV/2006

1. As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, no trimestre set-nov/2006, 53,0% dos 539 mil indivíduos com dez anos ou mais de idade, residentes no Aglomerado Urbano Sul, estavam engajados no mercado de trabalho local, como ocupados ou desempregados. Com isso, estima-se que 286 mil indivíduos compunham a População Economicamente Ativa (PEA) no período. Na inatividade, formada pela parcela da População em Idade Ativa (PIA) que não participava do mercado de trabalho, encontravam-se os 253 mil indivíduos restantes (Tabela 1).
2. Os desempregados correspondiam a 20,8% da PEA, contabilizando 59 mil indivíduos nesta situação, enquanto o contingente médio de ocupados no período alcançou 227 mil pessoas.

Tabela 1
Estimativas do Número de Pessoas de 10 Anos e Mais Segundo Condição de Atividade - Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

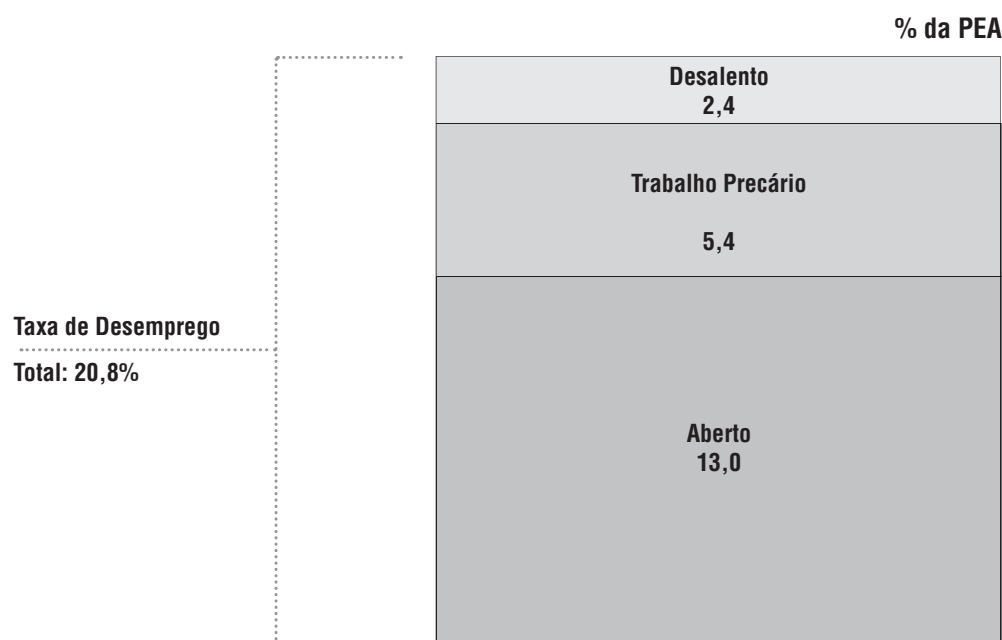
Condição de Atividade	Estimativa (em mil pessoas)
População em Idade Ativa	539
População Economicamente Ativa	286
Ocupados	227
Desempregados	59
Em Desemprego Aberto	37
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	15
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	07
Inativos	253

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu

- Os dados indicam que a taxa de desemprego aberto, ou seja, a proporção de trabalhadores que se dedicavam única e exclusivamente à procura de uma ocupação no trimestre pesquisado, ficou situada em 13,0% da PEA regional. Esta parcela, que somava 37 mil pessoas, correspondia a mais da metade (62,7%) do contingente de desempregados do Aglomerado Urbano Sul.
- O percentual de trabalhadores em situação de desemprego oculto na região alcançou 7,8% da PEA e foi estimado em 22 mil indivíduos. Entre estes, 5,4%, em simultâneo à procura por uma inserção estável, exerceram alguma atividade precária, caracterizada pela imprevisibilidade e ganhos avulsos e/ou variáveis. Por sua vez, 2,4% da PEA se encontravam em situação de desemprego oculto pelo desalento, ante as perspectivas laborais da localidade (Figura 1).

Figura 1
Composição da Taxa de Desemprego Total
Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS

5. No período analisado, a taxa média de participação no mercado de trabalho do Aglomerado Urbano Sul, que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao contingente de ocupados ou desempregados, foi de 53,0%. Essa taxa, porém, apresentou intensidade diferenciada entre os diversos grupos populacionais, determinando o perfil da PEA regional.
6. A desagregação da taxa de participação, segundo atributos pessoais, apresentou características destacáveis, conforme segue (Tabela 2):
 - **Sexo** - Apesar do persistente crescimento da incorporação feminina ao mercado de trabalho urbano do país, relativamente ao observado para os homens, a participação de mulheres na PEA ainda é nitidamente menos intensa. Esta característica também foi identificada no conjunto dos sete municípios pesquisados, onde 45,6% das mulheres com 10 anos e mais de idade faziam parte da força de trabalho, contingente estimado em 133 mil pessoas economicamente ativas do sexo feminino. No mesmo período, a taxa de participação masculina foi de 61,7%, resultando numa força de trabalho masculina de 153 mil indivíduos.
 - **Posição no Domicílio** - A análise dos integrantes da PEA segundo a posição no domicílio mostra que os chefes representam 45,8% da PEA, contra apenas 24,5% dos cônjuges, geralmente mulheres. No período de análise, a taxa de participação dos chefes foi de 63,3%, seguido da identificada para os cônjuges (53,5%) e para os filhos (43,1%).
 - **Cor** - Entre setembro e novembro de 2006, a taxa de participação da população negra de 10 anos e mais em situação de ocupação ou desemprego foi de 54,2%, ficando ligeiramente acima da identificada para os não-negros (52,8%). A população economicamente ativa negra foi estimada em 57 mil pessoas, correspondendo a 19,8% da PEA, enquanto os não-negros representavam 80,2% da PEA da região.
 - **Idade** - A taxa de participação mais elevada no mercado de trabalho foi identificada entre os indivíduos adultos, com idade entre os 25 e os 39 anos (78,5%). O segundo segmento etário de maior engajamento no universo laboral da região foi o juvenil, na faixa etária entre 18 e 24 anos, cuja taxa de participação no trimestre pesquisado ficou em 67,2%. Já o menor patamar identificado para esta proporção foi registrado entre crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 17 anos - 12,3%.

Tabela 2
Distribuição da População Economicamente Ativa e Taxas de Participação Segundo Atributos Pessoais
Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

Atributos Pessoais	% da PEA	Taxa de Participação (% da PIA)
Total	100,0	53,0
Sexo		
Homens	53,6	61,7
Mulheres	46,4	45,6
Posição no Domicílio		
Chefe	45,8	63,3
Demais	54,2	46,6
Cônjuge	24,5	53,5
Filho	24,1	43,1
Outros	5,6	38,4
Cor		
Negros	19,8	54,2
Não-Negros	80,2	52,8

continua

Atributos Pessoais	% da PEA	Taxa de Participação (% da PIA)
Faixa Etária		
10 a 17 anos	3,8	12,3
18 a 24 anos	18,0	67,2
25 a 39 anos	34,7	78,5
40 Anos e Mais	43,6	50,2
<p>Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Tururu</p>		

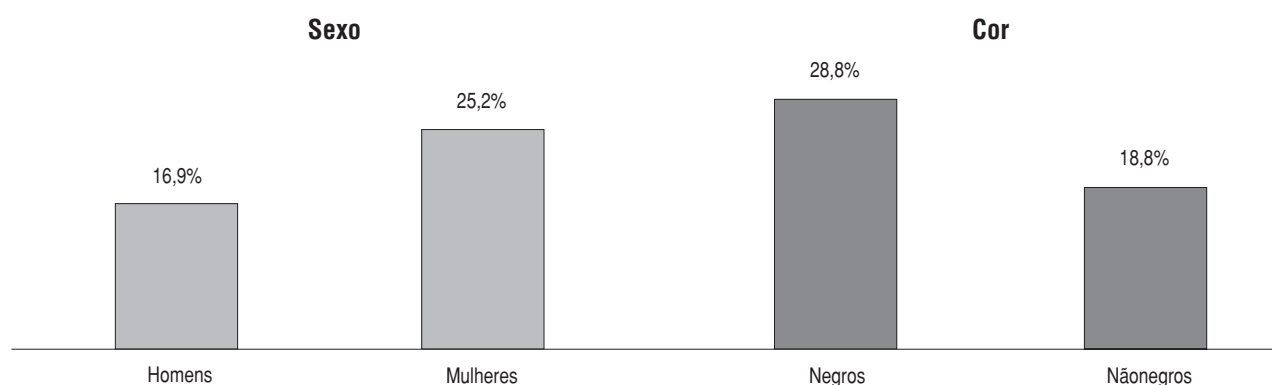
- **Escolaridade** – A taxa de participação da região de Pelotas e seu Entorno aumentou na medida em que se avançou na direção de níveis de instrução mais elevados – desde 25,8% para os analfabetos, até 74,2% para aqueles com nível superior completo (Tabela 3).

<p>Tabela 3 Distribuição da População Economicamente Ativa e Taxas de Participação Segundo Escolaridade Aglomerado Urbano Sul¹ Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006</p>		
Escolaridade	% da PEA	Taxa de Participação (% da PIA)
Analfabeto	2,1	25,8
Fundamental Incompleto	34,4	40,7
Fundamental Completo (2)	23,5	58,5
Médio Completo (3)	31,4	71,7
Superior Completo	8,6	74,2
<p>Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Tururu; (2) Inclui o ensino médio incompleto; (3) Inclui o ensino superior incompleto</p>		

DESEMPREGO: INCIDÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS

- A taxa de desemprego total é um indicador sintético do desempenho do mercado de trabalho que informa a capacidade de absorção da força de trabalho pela organização produtiva de determinada comunidade ou região. Contudo, determinadas desagregações do contingente de desempregados são bastante importantes para que se possa melhor compreender o comportamento do mercado de trabalho.
- No Aglomerado Urbano Sul, as mulheres enfrentam acentuada dificuldade para a obtenção de emprego. No trimestre investigado, o contingente feminino experimentou taxa de desemprego total de 25,2%, diante de uma taxa de desemprego masculina de 16,9% (Gráfico 1).
O caráter excludente do mercado de trabalho também se revela quando se analisam as taxas de desemprego segundo cor. A maior pressão exercida pela parcela negra da população sobre a estrutura produtiva em busca de uma oportunidade ocupacional é, muitas vezes, frustrada pelo desemprego, cujas taxas, comparativamente às dos não-negros, são frequentemente maiores. Na região pesquisada, a taxa de desemprego para os negros foi de 28,8% da PEA negra, enquanto para os não-negros, este indicador ficou em 18,8% (Gráfico 1).

Gráfico 1
Taxas de Desemprego Segundo Sexo e Cor
Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre setembro-outubro-novembro de 2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Tururu

9. Analisados os ciclos de vida, o comportamento das taxas de desemprego mostrou a seguinte trajetória: quanto menor a idade, maior a taxa de desemprego. Assim, pode-se observar que no trimestre set-nov/2006, a taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos (37,5%) era praticamente o triplo da taxa verificada para aqueles com 40 anos e mais (12,8%) - Tabela 4.
10. A análise do desemprego segundo a escolaridade mostra que ele é mais elevado para os indivíduos com o nível fundamental completo + médio incompleto (25,0%), reduzindo-se para 19,2% entre os que possuem o ensino médio completo + superior incompleto. A amostra não permite a desagregação para analfabetos e para indivíduos com o nível superior completo.

Tabela 4
Taxa de Desemprego, Segundo Atributos Pessoais e Escolaridade
Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

Atributos Pessoais e Escolaridade	Taxa (em %)
Total	20,8
Posição no Domicílio	
Chefe	13,9
Demais	26,5
Cônjuge	19,2
Filho	33,3
Outros	(2)
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	(2)
18 a 24 Anos	37,5
25 a 39 Anos	19,6
40 Anos e Mais	12,8
Escolaridade	
Analfabeto	(2)
Fundamental Incompleto	22,7
Fundamental Completo + Médio Incompleto	25,0
Médio Completo + Superior Incompleto	19,2
Superior Completo	(2)

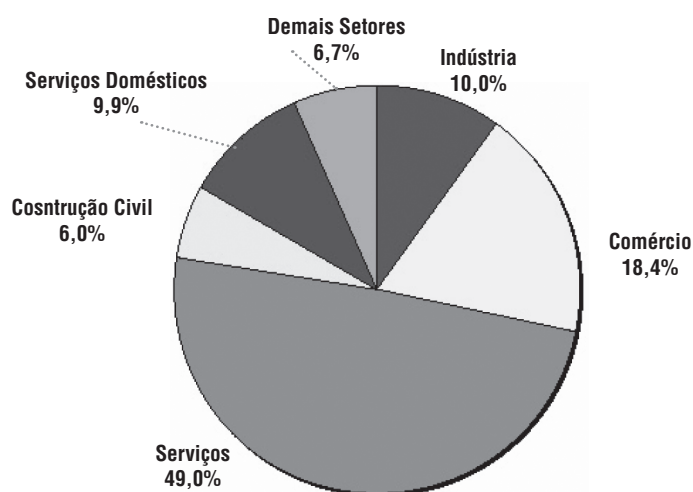
Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Tururu; (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS DO TRABALHO

11. Nos municípios que conformam o Aglomerado Urbano Sul predominam as atividades terciárias: o setor de serviços absorveu a maior parcela de ocupados, sendo responsável por 49,0% da ocupação da região; secundariamente, o comércio respondia por 18,4% do número de ocupados.
12. Na indústria de transformação, por seu turno, estavam inseridos 10,0% dos ocupados da região, praticamente o mesmo percentual de ocupados nos serviços domésticos (9,9%). A construção civil era responsável por 6,0% da ocupação nesse aglomerado urbano (Gráfico 2).

Gráfico 2
Distribuição da População Ocupada Segundo Setores de Atividade Econômica - Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu

13. A análise das formas de inserção no mercado de trabalho revelou que a maior parte da ocupação local foi propiciada pelo assalariamento no setor privado (39,2%), enquanto o setor público absorvia 14,5% da população ocupada total. O trabalho autônomo correspondia a 27,1% da ocupação total (Tabela 5).

Tabela 5
Distribuição da População Ocupada Segundo Posição na Ocupação - Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

Posição na Ocupação	Distribuição (em %)
Total de Ocupados	100,0
Assalariados (2)	54,0
Do Setor Privado (3)	39,2
Do Setor Público (4)	14,5
Autônomos	27,1
Trabalha para o Público	18,9
Trabalha para Empresa	8,2
Empregadores	(6)
Empregados Domésticos	9,9
Demais (5)	6,9

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Notas: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu; (2) Inclui os assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalhavam, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários; (3) Inclui os estagiários do setor privado; (4) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público; (5) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração; (6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

14. Outro indicador do padrão de inserção dos moradores dos municípios estudados foi o grau de estabilidade e formalização do emprego, para o qual a posse da carteira de trabalho e o vínculo com o setor público foram utilizados. O município de Pelotas e seu Entorno possuíam uma taxa total de cobertura legal do emprego de 82,6%, sendo 58,3% relativos ao assalariamento com carteira de trabalho no setor privado e 24,3% relativos aos assalariados no setor público (Tabela 6).

Tabela 6
Distribuição da População Assalariada Segundo Setor Institucional e Forma de Contratação
Aglomerado Urbano Sul⁽¹⁾
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

Setor Institucional e Forma de Contratação	Distribuição (em %)
Total de Assalariados (2)	100,0
Do Setor Privado (3)	70,9
Com Carteira Assinada	58,3
Sem Carteira Assinada	12,6
Do Setor Público (4)	24,3
Estatutário	14,5
Celetista	9,8
Demais Assalariados (5)	(6)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Notas: (1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu; (2) Este total inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários; (3) Exclui os estagiários do setor privado; (4) Exclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público; (5) Assalariados que não declararam o setor institucional em que trabalhavam, assalariados contratados como frente de trabalho e estagiários; (6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

15. No trimestre set-nov/06, a média dos rendimentos reais recebidos no trabalho principal pelos ocupados foi de R\$ 768, em valores de outubro daquele ano. A desagregação dos rendimentos segundo o setor de atividade econômica indicou que os maiores ganhos do trabalho foram auferidos no setor de serviços (R\$ 917), enquanto os menores patamares de remuneração foram verificados nos serviços domésticos (R\$ 286).

Tabela 7
Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados Segundo Setor de Atividade Econômica - Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(R\$ de outubro de 2006)

Setores de Atividade	Rendimento Médio Real
Total de Ocupados	768
Indústria	806
Comércio	691
Serviços	917
Construção Civil	660
Serviços Domésticos	286
Demais	632

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE.

Nota: (1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu

Obs: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS;

b) Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa

16. A desagregação por posição na ocupação mostra uma diferença de 35,7% entre os níveis de rendimento médio real para os principais grupos da PEA ocupada: assalariados (R\$ 901) e autônomos (R\$ 579).
17. Considerando-se a formalização do vínculo empregatício dos assalariados no setor privado, os salários reais médios dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada foram equivalentes a R\$ 790, enquanto os dos trabalhadores sem carteira de trabalho atingiram R\$458. Deve-se notar que o rendimento dos assalariados no setor público (R\$ 1.376) foi quase duas vezes aquele auferido no setor privado (R\$ 723) (Tabela 8).

Tabela 8
Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados Segundo Posição na Ocupação - Aglomerado Urbano Sul¹
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(R\$ de outubro de 2006)

Posição na Ocupação	Rendimento Médio Real
Total de Ocupados	768
Assalariados (2)	901
Do Setor Privado (3)	723
Com Carteira Assinada	790
Sem Carteira Assinada	458
Do Setor Público (4)	1.376
Autônomos	579
Trabalha para o Público	544
Trabalha para Empresa	656
Empregadores	(6)
Empregados Domésticos	286
Demais (5)	1.051

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED – DIEESE/SEADE

Nota: 1) Corresponde aos Municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu; (2) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham, os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários; (3) Inclui os estagiários do setor privado; (4) Inclui os assalariados contratados como frente de trabalho e os estagiários do setor público; (5) Inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo, arrendatário, pequeno produtor agrícola, cooperado e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração; (6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS

b) Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa